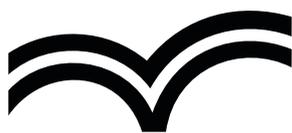


**MAIÊUTICA
HISTÓRIA**



UNIASSELVI

CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI

Rodovia BR 470, Km 71, nº 1.040, Bairro Benedito

89084-405 - INDAIAL/SC

www.uniasselvi.com.br

REVISTA MAIÊUTICA

História

UNIASSELVI 2019

Presidente do Grupo UNIASSELVI

Prof. Pedro Jorge Guterres Quintans Graça

Reitor da UNIASSELVI

Prof. Hermínio Kloch

Pró-Reitora de Ensino de Graduação Presencial

Prof. Antonio Roberto Rodrigues Abatepaulo

Pró-Reitora de Ensino de Graduação a Distância

Prof.^a Francieli Stano Torres

Pró-Reitor Operacional de Graduação a Distância

Prof. Érico Coelho Ribeiro

Pró-Reitor de Pós-Graduação

Prof. Carlos Fabiano Fistarol

Editor da Revista Maiêutica

Prof. Luis Augusto Ebert

Comissão Científica

Profa. Ma. Graciela Márcia Fochi

Prof. Dr. José Antonio Teofilo Cairus

Prof. Me. Paulo César dos Santos

Prof. Me. Thiago Rodrigo da Silva

Editoração e Diagramação

Equipe Produção de Materiais

Revisão Final

Equipe Produção de Materiais

Publicação *On-line*

Propriedade do Centro Universitário Leonardo da Vinci

Apresentação

Prezados leitores, é com muito entusiasmo que apresentamos os resultados dos estudos, pesquisas, experiências de estágios e seminários da prática dos acadêmicos do curso de História. Os artigos que compõem o novo volume da Revista Maiêutica abordam temas e questões que são pertinentes aos âmbitos tanto do ensino, da pesquisa e da responsabilidade social e cidadã da História enquanto uma ciência e saber científico.

Dentre os artigos contemplou-se os temas de expressões de patrimônio histórico edificado, patrimônio religioso e cultural, patrimônio material e imaterial, a relação deste com a comunidade e a necessidade de ações de salvaguardo em termos de educação patrimonial; outro artigo que trata das narrativas, os acervos, as doações, as aquisições, assim como aspectos relacionados às memórias sociais, a história das mulheres e a contribuição das mulheres no que tange à questão do salvaguardo dos acervos; a pesquisa e o ensino sobre a história nacional nem níveis de ensino fundamental da educação básica, em especial os conteúdos sobre o Governo de Getúlio Vargas, os limites e o potencial do material didático, as possibilidades a partir do uso de jornais e a recepção dos conteúdos por parte dos estudantes; abordagens e estudos pontuais ao campo da historiografia, que contemplam o potencial que jornais e revistas representam em termos de renovação da pesquisa e da escrita da história e da memória social; os usos de obras de arte na interpretação da vida cotidiana, do trabalho e das relações sociais de diferentes sociedades e épocas históricas, em especial o artigo aborda a experiência de aculturação africana no Brasil.

Outro tema que foi estudado é o cooperativismo enquanto modelo econômico mundial, de sua introdução no interior do Rio Grande do Sul, as tendências que este vai seguir no interior do movimento operário e cooperativo até as transformações contemporâneas; o tema da fome, entendido como uma questão de dignidade, direitos humanos e cidadania, também foi motivo de um artigo, no qual o autor aborda o tema como uma realidade mundial, do Brasil e do Estado de Santa Catarina e que por sua vez podem ser relacionadas aos índices de violência e criminalidade, relaciona os diferentes programas criados pelo governo e aponta que os investimentos em educação podem proporcionar os melhores resultados no enfrentamento do problema.

Que estes textos suscitem ainda mais reflexões, motive outros artigos e promova o interesse e o espírito científico e escolar. Votos de proveitosa e satisfatória leitura!

Graciela Márcia Fochi – Docente



SUMÁRIO

MUSEALIZAÇÃO COMO GENESE DA COMPOSIÇÃO DE NARRATIVAS: A HISTÓRIAS DAS MULHERES NO MUSEU JÚLIO DE CASTILHOS (POA, RS, 1995-2010)

Musealization as narrative composition genesis: women stories in Júlio de Castilhos Museum (POA, RS, 1995-2010)

Andréa Reis da Silveira 7

ELEMENTOS DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL PRESENTES NA CAPELA NOSSA SENHORA PERPÉTUO SOCORRO DE INDAIAL - SC

Elements of historical and cultural heritage presents in the Capela Nossa Perpétuo Socorro de Indaial - SC.

Gabriela Martins

Graciela Marcia Fochi..... 15

JORNAIS E REVISTAS COMO FONTES HISTÓRICAS

Newspapers and magazines as historical sources

Filipe Furtado

Gislaine Terezinha Martins Duarte

Patrícia Ertle Soares

Gilmar Moraes 23

O PROCESSO DE ACULTURAÇÃO DOS AFRO-BRASILEIROS EM SANTA CATARINA NOS SÉCULOS XVIII E XIX REPRESENTADO ATRAVÉS DO USO DE IMAGENS

The process of acculturation of Afro-Brazilians in Santa Catarina in the eighteenth and nineteenth centuries represented through the use of images

Cristiane de Fatima Giaretta

Roberto Carlos Rodrigues..... 31

NADA NO BOLSO E A BARRIGA VAZIA

Broken and Starving

Marcelo Silveira..... 47

MUSEALIZAÇÃO COMO GENESE DA COMPOSIÇÃO DE NARRATIVAS: A HISTÓRIAS DAS MULHERES NO MUSEU JÚLIO DE CASTILHOS (POA, RS, 1995-2010)

Musealization as narrative composition genesis: women stories in Júlio de Castilhos Museum (POA, RS, 1995-2010)

Andréa Reis da Silveira¹

Resumo: O artigo apresenta resultados parciais da minha investigação que se encontra em andamento na tese de doutorado no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Tem como objetivo contribuir com as reflexões acerca dos encadeamentos de relevância dados pelo ato de incorporação de objetos museais no Museu Júlio de Castilhos (MJC), recorte temporal de 1995-2010. Os objetos constituem ferramentas que possibilitam analisar os sentidos das narrativas construídas pelo museu, numa operação historiográfica e de composição de memórias sociais a respeito das histórias das mulheres. Utilizei o corpus documental administrativo e técnico do museu, formado, respectivamente, pelos relatórios de gestão e correspondências recebidas e expedidas, além da documentação museológica digitalizada no banco de dados Sistema Donato. Dentre os resultados encontrados na pesquisa, verifiquei a aquisição de 1324 peças catalogadas entre as 29 coleções pré-existentes no escopo do museu. Foi possível averiguar que o modo de incorporação predominante da aquisição das peças consistiu em doações efetivadas por mulheres. Ao contrário do que presumi, as doadoras e as funcionárias do museu não tiveram atenção com a representação feminina institucional, configurando um problema do passado que tem ressonância no presente.

Palavras chave: Museu Júlio de Castilhos. Musealização. Narrativas.

Abstract: The article presents partial results of my research that is underway in the doctoral thesis in the Graduate Program in History (PPGH) at the State University of Santa Catarina (UDESC). It aims to contribute with the reflections about the relevance chains given about the incorporation of museum objects in the Júlio de Castilhos Museum (MJC), a temporal cut of 1995-2010. The objects are tools that make it possible to analyze the meanings of the narratives constructed by the Museum, in a historiographical operation and of the composition of social memories about the stories of women and, carried out by them. I used the administrative and technical documentary corpus of the Museum, formed respectively by the management reports and correspondence received and dispatched, as well as the digitized museum documentation in the Donato System database. Among the results found in the research, I verified the acquisition of 1324 pieces cataloged among the 29 pre-existing collections within the scope of the Museum. It was possible to verify that the predominant mode of incorporation of the acquisition of the pieces consisted of donations made by women. Contrary to what I assumed, the donors and staff of the Museum did not pay attention to the institutional feminine representation, configuring a problem of the past that resonates in the present.

Keywords: Júlio de Castilhos Museum. Musealization. Narratives.

Introdução

O objeto desta investigação é o Museu Júlio de Castilhos (MJC), instituição museológica mais antiga do RS e a quinta criada no Brasil, localizada na cidade de Porto Alegre, no mesmo estado. O Museu ocupa dois casarões contíguos e adaptados, sendo o primeiro edifício a antiga residência da família do político rio-grandense que lhe dá o nome; e a segunda casa, anexada na década de 1980 para ampliação do espaço museal.

Criado em 1903 para ser o “Museu do Estado”, atua exclusivamente no perfil histórico desde a década de 1950, recebendo objetos, documentos textuais e iconográficos relacionados à política,

¹ Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI. Rodovia BR 470 – Km 71 – nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC. Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br.

economia, religião, cultura e sociedade do Rio Grande do Sul. Em 1907, recebeu a denominação de Museu Júlio de Castilhos (MJC), em homenagem ao fundador da doutrina positivista no Estado do Rio Grande do Sul, o político Júlio Prates de Castilhos. No entanto, o MJC não trabalha na intenção de rememorar seus feitos, não é um museu biográfico, parte da missão de dedicar-se exclusivamente à guarda, conservação e divulgação do acervo histórico de caráter regional, e artefatos da história brasileira.

De acordo com o que informam o *Blog Spot* institucional e o sistema de documentação museológica digital da Instituição, o Sistema Donatto 3.2, o acervo do MJC é composto de mais de 11 mil objetos catalogados entre 29 coleções, a saber: Iconografias (pinturas, gravuras, fotografias, obras de arte, bustos e etc.), indumentárias (vestuário e acessórios), armaria (armamentos e materiais bélicos), etnológica (objetos relacionados à cultura indígena), escravista (instrumentos utilizados no período da escravidão), documental, maquinário, utilidades domésticas, objetos de uso pessoal (como moedas, mobiliários, louças, instrumentos etc.), arte missioneira, dentre outras classificações.

O acervo é tombado como patrimônio brasileiro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) desde 1937. Ainda assim, os objetos estão balizados em três vertentes de classificação: modo de vida, relações sociais de produção e história política do Rio Grande do Sul. A missão do museu assinala uma preocupação institucional com a constituição simbólica e com o tratamento constitutivo das narrativas históricas e da memória do Estado, expressas a partir do patrimônio.

E neste formato de constituição seletiva de história e memória há lugar para as histórias de vida, os relatos históricos das mulheres? Quais as representações que são estabelecidas sobre elas na historicidade social rio-grandense pelo MJC, por meio de seus objetos? Estas são as problematizações que permeiam a minha tese.

Aparentemente, a história do RS e brasileira, narrada pelo MJC por meio dos objetos, testemunhos materiais das memórias e vivências dos indivíduos e grupos daquele tempo e espaço, conjectura grandes narrativas em que o protagonismo é dado aos homens brancos, participantes de uma elite, detentores do poder público, cuja via historiográfica é refletida em documentos de rigor contínuo em que se estabelece uma verdade única de ações. Tornar visível o protagonismo feminino aos níveis museológico e de construção patrimonial é transgredir o contexto de visibilidade em que instituição e tema estão sujeitos.

Objetos como armas, uniformes, documentos, canetas, chapéus, equipamentos, máquinas, entre outros, são apontados como representações do domínio masculino, tidos como universal pela historiografia narrada pelo MJC. Este discurso, representação e prática é naturalizado como um fenômeno no(s) museu(s). Se o MJC é um lugar para educação, desconstruir as percepções que se estabelecem nas práticas museológicas e nos discursos da equipe responsável é a principal contribuição deste espaço cultural.

Não cabe mais a uma instituição que recebe estudantes e que pretende contribuir com sua formação histórica (RÜSEN, 2007), privilegiar a hegemonia masculina. No que se refere à formação histórica assimilo o conceito emprestado por Jörn Rüsen (2007), como aquela que dá sentido prático às vivências dos sujeitos. De forma que minha tese problematiza essa construção de memória e história no MJC, que é um espaço cujo maior fluxo de visitante se constitui de alunos das escolas públicas da rede estadual e municipal de ensino fundamental, compreendendo que o museu em sua operação historiográfica e museológica, reforça estereótipos de gênero e reverbera a condição de subalternidade histórica na constituição dos objetos da cultura material.

As mulheres sempre trabalharam fora de casa, sempre foram participantes da política, sempre reivindicaram direitos, entre outras atividades e ações. Tiveram e continuam dilatando longa trajetória de lutas, buscando garantir igualdade a direitos e obrigações entre homens e mulheres, e

perante a lei. Isso precisa ser ensinado e mostrado no museu, fundamentalmente porque se predispõe compartilhar história e memória aos estudantes. Elas conquistaram espaços e direitos, desempenham importantes posições e atuam em todas as possíveis frentes de trabalho e de áreas do conhecimento, e como um museu de história é vetor de relações sociais (MENESES, 1994), seus processos devem ser encaminhados e questionados nesta produção de sentidos.

As seleções de objetos que parecem significativos para preservar a memória de determinados acontecimentos, personagens e grupos efetivam esquecimentos. A dialética do tempo é impassível, mas são as ações do presente que estabelecem as permanências ou as mudanças. As ausências com que nos deparamos para narrar as histórias das mulheres nos faz perseguir esse objeto de pesquisa para trabalhar e interpretar a ordenação histórica e a compreensão dos sentidos educativos nesse museu. Este caráter monumental é dado pelos trabalhadores da instituição e pela sociedade e o Estado, que sobrepõe suas intencionalidades nos relatos explorados nas práticas museais que vão da incorporação das peças, a política de aquisição e descarte, na comunicação, pesquisa e educação. É concernente ao historiador, e ao museólogo, atentar para essas significações produzidas e problematizar essas produções.

Desta forma, dirigi meu olhar para o Museu Júlio de Castilhos (MJC) no recorte temporal de 1995-2010. Não que a história do tempo presente se dedique à aproximação cronológica do tempo vigente, mas sim nas convivências das relações entre o passado que não passa e o futuro que se promete. Me volto para um olhar de gênero na duração do tempo. No tempo presente, o Museu é apresentado em duas perspectivas complementares. Como espaço de construção de conhecimentos e como lugar para transformação social. No entrelaçamento das duas situações, ficam as coleções e os públicos.

Daí a inclinação desta investigação pela precedência de respaldo epistemológico no campo da Museologia, fazendo interlocução com História. Busquei compreender o modo como a instituição MJC construiu suas narrativas históricas e museológicas a respeito das mulheres, entendendo que os objetos são mediadores numa relação entre visível e invisível, entre presença e ausência nas identidades, e nas memórias. São constituidores de poderes em disputa e releitura do potencial simbólico.

Neste artigo apresento reflexões e retornos a alguns dos questionamentos de tese, sem nenhuma intenção de encerrar o assunto, posto que a documentação é vasta e a luz das argumentações ainda está vacilante. Trato de reformular premissas sobre a questão das histórias das mulheres na formulação da instituição MJC, na posição de outras mulheres que foram protagonistas na construção do pensamento museológico e patrimonial dos objetos musealizados. Aventarei acerca das funcionárias e das doadoras que perpetraram a documentação museológica (integrante formador das informações e do conhecimento histórico no âmbito museal) e os atos de incorporação do acervo. Essas relações estabelecidas entre as mulheres, somadas à cultura material representada pelos objetos, no ambiente do museu são elencadas como fato museal (GUARNIERI, 2010).

Experimentações no percurso da pesquisa: protagonistas das narrativas musealizadas

No recorte temporal da tese, 1995-2010, o MJC possuiu quatro administrações. Interessa, neste texto, abordar apenas três delas. A peculiaridade se deve ao fato de que três dessas diretorias institucionais foram protagonizadas por mulheres, e, na hipótese que me acompanhou na elaboração do projeto de pesquisa, inferi que pelo fato de serem mulheres, as profissionais teriam tendência de privilegiar seu próprio gênero nas narrativas desenvolvidas. As fontes reexaminadas apontam para a dedução que não se configurou. Por duas razões aqui expressas: a questão do deslocamento da experiência, e pela coparticipação de outras protagonistas igualmente relevantes na

produção de história e memória museológica: as doadoras de acervo.

Levantados os dados no Sistema Donato, verifiquei que o MJC adquire peças para o acervo em diferentes modalidades de recolhimento, doação, compra, legado ou permuta. Todo esse processo deve ser registrado e preservado por meio de recibos, preservando as informações. A documentação é composta ainda por registro ou inventário da peça, classificação e catalogação. Analisei o software Donato, versão 3.0 a contar de 2004, ano de implantação do Sistema. O Donato passou a responder por todo processamento documental administrativo (inventarial) e técnico museológico, desde a coleta à difusão das peças, do início das coleções às aquisições recentes. Os registros anteriormente utilizados, recomendados nos estatutos museais, fichas de entrada, ficha de catalogação, registro em livro reconhecido com *Tombo*, em que a instituição possui três volumes abertos e incompletos, com diferentes propostas classificatórias, sem encerramento de uso, todos em suporte de papel, impressos e manuscritos, depois da digitalização, foram superados. A documentação museológica foi feita pela transposição de conteúdo, sem reavaliação dos sentidos e significados, o que precarizou elementos significativos de análise sobre a procedência, relevância, historicidade do objeto, a partir da sua entrada no Museu.

A vantagem de utilizar o Sistema Donato como fonte deveu-se em razão dele condensar os registros dos objetos, fotográficos e dos processos de informação das peças, em metadados que possibilitaram acesso rápido e fácil, no conceito interoperabilidade institucional, ou seja, dados sobre os dados. O segundo pretexto é a ausência de normas, ou desconhecimento delas, no contexto da documentação museológica e do gerenciamento das interfaces no preenchimento dos campos e dos dados das tabelas do Sistema pelo museu. O armazenamento dos meios informacionais no banco de dados, o modo como foram executados disseram muito a respeito de como a informação documental e científica dos objetos foi produzida pelos técnicos do museu.

A documentação museológica adequa-se para uso imediato ou futuro das informações, escritas e imagéticas, concernentes a cada objeto musealizado. É a documentação museológica que dá suporte às demais ações museais, especialmente àquelas de comunicação, como exposições e ações educativas. Por meio dela, a instituição estrutura sua política de aquisição e descarte dos objetos, seguindo o código de ética da profissão de museólogo. É preciso conhecer os procedimentos documentais museológicos para verificar a dimensão da gestão do acervo, que é público, portanto deve estar a serviço do conhecimento.

Para controle e segurança das informações e do próprio objeto, a documentação museológica é formada por diversos instrumentos de registro que necessitam ser preenchidos com exatidão, rigor e clareza, compondo dossiês individuais das peças de valor jurídico, administrativo e técnico. Entretanto, esta prática metodológica não é bem resolvida no MJC, ocasionando conflitos de interpretação que restringem o potencial de informação contida no objeto. Mas no que essas conceituações impactam na questão das aquisições e seus protagonistas?

Conforme análise nas tabelas informativas dos dados das peças do MJC, há inconsistências nos registros com repetição de textos explicativos, descrição dos objetos, ausência de imagens de identificação, entre outros problemas de falta de padronização e eficiência operacional. A responsabilidade desta situação recai em parte aos funcionários atribuídos dessa função, mas também a quem ofereceu a difusão de informação de cada um dos objetos: os doadores, no caso, as doadoras. Isto porque é a partir delas que se formam as narrativas e os processos que as constituem. Segundo Paul Ricouer (2007) o tempo só é válido nas experiências humanas, se dele se fizer uma narrativa. E o que são os objetos museológicos, se não, narrativas atribuídas de seus geradores simbólicos?

Não é sem razão que denomino a equipe de funcionários do MJC, agentes da musealização e das narrativas, como intelectuais mediadores (GOMES, 2016). Segundo a autora Ângela

de Castro Gomes (2016), estes são, especificamente, os funcionários dedicados aos desafios da mediação cultural, que fazem uso político de uma linguagem dialógica para evidenciar posições e interesses. Foram esses agentes que por meio da operação museológica, que culminaram suas perspectivas históricas e ideológicas no MJC, em ações educativas e expositivas.

As ações dos intelectuais mediadores no interior das instituições museológicas voltadas para o reconhecimento cultural dos públicos, são mais do que contextualizadas no tempo em que vivem, elas são intervenções políticas que fazem desses lugares museológicos alçadas políticas, rompendo a tradição colecionista de que museus são lugares de coisas velhas. O que de fato são, mas com ressignificações nada neutras.

Identifico, inicialmente, os perfis dos intelectuais mediadores articulados ao MJC e nas suas autoridades, como misto, de homens e mulheres. Mas, num total de 25 trabalhadores do museu, predominantemente, com 69% de abrangência está a performance das mulheres. Elas estão na faixa etária de 30-50 anos, têm graduação em História e áreas afins, e estão no MJC como profissionais concursadas para atender à recente criação da Secretaria de Estado da Cultura do RS (SEDAC), no cargo de técnico em assuntos culturais.

Suas responsabilidades no MJC eram pesquisadoras, conservadoras, restauradoras, educadoras, na gestão do acervo e ações educativas, sob supervisão técnica e metodológica das diretoras. A respeito da chefia, as três gestoras — convém destacar que eram também concursadas e com formação em História e áreas humanas —, garantindo para o museu continuidade de ação nas atividades. Entretanto, acredito estar aí o maior problema: a carência de renovação nos quadros e no próprio campo, numa solidificação das interpretações, saberes, conhecimentos, correndo o risco de omissões ou de “implicar em partilhar interesses e valores do cliente a quem presta serviço” (DUMOULIN, 2017, p. 82). Ou seja, ao estado do Rio Grande do Sul.

Alguns desses “intelectuais mediadores” do MJC tiveram vínculos associativos com o Instituto Histórico e Geográfico do RS (IHGRGS), e outros, com a participação sindical, ocasionando trocas simbólicas de interpretação e olhares históricos que favorecem e facilitam relacionamentos profissionais e estabilidade funcional para a instituição. A maioria dessas agentes se mantiveram ativas e fixas na efetividade do museu, garantindo coesão e regularidade de ação das práticas até 2006.

Grande parte das funcionárias já tinham desenvolvido as capacidades emocionais e intelectuais, já haviam adquirido constituição de autonomia financeira e afetiva, autônomas de suas famílias originárias, tendo composto relacionamentos de matrimônio e divórcios, com filhos, o que significou a possibilidade de representarem uma população economicamente ativa e estabilizada nas condições sociais e culturais de sobrevivência. A constatação não retira as dificuldades de terem pertencido às classes populares, e de desempenharem responsabilidades em família, mas reforça a experiência feminina nos diferentes papéis sociais que lhes foram idealizados, e que foram pouco explorados em suas experiências no museu. A condição de historiadoras com emprego fixo no cargo de funcionárias públicas, de cidadãs de classe média urbana e com privilégios do ofício, desfavoreceu ligações profissionais com outras instâncias, até as acadêmicas.

As sociabilidades médias urbanas despreparam para vínculos com o cotidiano das minorias historicamente relegadas. O que pode ter ressoado nas narrativas e discursos da instituição, problematizando a atividade historiográfica de interpretação do quadro social e das transformações de evocação da memória na missão do historiador. Aí entram as subjetividades na construção das representações de negros, índios, mulheres. Isto confirma o que Walter Benjamin (1987) já evidenciava a respeito do narrador, ou seja, que o lado épico da verdade está definindo por que a sabedoria não interessa mais à experiência. Em extinção, a experiência e o ato de constituir memórias e histórias se esvaziou.

Nesse jogo de práticas museológicas e historiográficas, a coparticipação das doadoras foi significativa. Os dados mostraram que a presença de 53% dos objetos no MJC foi de intenção

de doação delas. O que surpreende é que as doações não foram de caráter único, mas de modo recorrente de transferências. Ao analisar o tipo de objetos que eram entregues, verifiquei que se tratavam de peças com sentido de legitimar posições tradicionais. Essas mulheres eram esposas, filhas, noras, parentes e amigas de escolhas políticas, econômicas, sociais, culturais de homens, a quem atribuíam os objetos.

No universo das doações destacam-se as coleções de documentos (29%) composta de peças de regulamentos, títulos de eleitor, passaportes, diplomas, nomeações; iconografia (14%), com fotografias e estatuárias; e, um empate técnico para os objetos classificados pela composição da documentação museológica no Sistema Donato, como utensílios domésticos (bengalas, óculos, frascos, missais) e instrumentos de trabalho (13%). Todos esses artefatos eram incondicionalmente voltados para narrativas do passado heroico, consagratório ou celebratório (ABREU, 1996) de seus esposos, pais ou parentes, dados como ilustres.

É possível comentar que aquelas mulheres no ato de doação tencionaram aquilo que já explicou Regina Abreu (1996) como “fabricação do imortal”, intento de imortalizar memórias pessoais e coletivas artificialmente. Ou ainda, produzir memória e história, reafirmando a interseccionalidade como efeito de problema de gênero, no papel legítimo de uma classe, etnia e grupo a quem pertenciam. Ao escolherem fazer as doações, constituíram lembranças e definiram esquecimentos na dialética da memória social, oportunizando buscar no museu, sempre que desejoso, as lembranças (RICOUER, 2007).

Os documentos técnicos (relatórios, livro Diário do acervo e banco de dados) mostraram a inexistência de um cruzamento de dados que conduzisse os objetos na questão de feminilidades ou masculinidades. Expressão categóricas, como mulher, feminino, esposa, moça, menina ou filha, dos domínios culturais não estão distintas no acervo e no valor simbólico. O paradoxo, é possível presumir, se explica nas identidades prontas, naturalizadas e reproduzidas da sociedade para elas mesmas, nos próprios atos de constituição das memórias e das histórias representadas.

Para Vania Carvalho (2008) o repertório dos objetos museais que colocam e caracterizam a figura central do homem, são voltados para a individualização das representações, enquanto que os objetos tidos como femininos são limitados a uma exterioridade dos seus relacionamentos com a família, amigos e lugares reconhecidos socialmente como a casa. Dos objetos atinentes a tais teores, fala a materialidade conduzida as representações de: colar, aquarela, certidão, fotos (a maior parte), livros, estojos, maquiagens, tecidos, guardanapos, roupas, calçados, chapéus, luvas, gargantilhas, perfumes, leques, relógios, painéis, fitas, xícara, camisola e espartilho, vestido, missal e colcha.

Os papéis das mulheres na percepção do museu, são prioritariamente homogêneos no julgamento da vida social, familiar, religiosa, maternal e doméstica. O alinhamento mostra o que o determinismo da construção dos significados culturais reverbera na sociedade presente nas mesmas estratificações do passado, configurando um problema na história do tempo presente.

Considerações finais

Os problemas que emanam do passado e se perpetuam no presente, na dimensão social, cultural e educacional. Problemas esses que retumbam das múltiplas temporalidades ocorridas nos espaços de experiência, e que credenciam alteração por meio da reflexão provocada pela consciência histórica, proporcionados na formação histórica em que o museu está inserido e pode protagonizar. A tese estará situada num diálogo epistemológico entre os campos da História e da Museologia, entre Clio e Mnemósine. Complementares, Memória, História e Museologia são fundamentais na evocação humanística e identitária, considerando a intervenção cada vez mais latente da tecnologia e da mecanização das relações humanas, do ensino, da pesquisa. Afinal de contas, somos nós, agentes e sujeitos da escrita da história.

Que o museu, ao expandir formação histórica com suas ações educativas e na composição das especificidades que as diversidades narrativas apresentadas nas suas expografias, possa suprir a presumível lacuna de conscientização e aprendizado da História. Mais ainda, que essas instituições, por meio de suas coleções, contribuam no sentido de romper com enfoques historiográficos com significações em crise, em que as relações de poder sejam predominantes, como aquelas em que a heteronormatividade e a misoginia sejam consideradas como fatos naturais.

O passado das mulheres, narrado nos museus tem sido utilizado como esquecimento, a serviço da versão oficial da história. Esquecer é também silenciar histórias controversas. O ato de lembrar é proporcionalmente vinculado a quem tem o poder, pois se dá pela decisão de selecionar quais serão as narrativas que poderão ser apresentadas como lembrança no espaço destinado à memória que, aparentemente no RS, o MJC descreve por meio dos objetos, testemunhos, materiais de tempo e espaço, conjectura grandes narrativas em que o protagonismo tem cor branca, gênero masculino, de uma elite, detentores do poder público.

Documentos, imagens, indumentárias e livros são objetos como armas, uniformes, documentos, canetas, chapéus, equipamentos, máquinas, entre outros, que foram apontados como representações do domínio masculino pela historiografia e pela Museologia do MJC, em decorrência de uma matriz cuja identidade de gênero se confunde e opera com a exclusão do mundo feminino nas relações sociais de homens e mulheres, pelos seus agentes. As questões das mulheres estão para além do espaço doméstico e o museu atual precisa estar atento às demandas de construção de uma sociedade menos machista que atribui funções a elas como meramente relacionadas à passividade, o lar e a maternidade, independentemente da classe social a que pertencem. Este discurso, representação e prática é naturalizado como um fenômeno no(s) museu(s).

Referencias

ABREU, R. **A fabricação do imortal: memória, história e estratégia de consagração no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

BENJAMIN, W. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, W. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política - ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987. p. 222-234.

BRUNO, M. C. (Org.). **Waldissa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado, Secretaria de Estado de Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010. p. 45-56.

CARVALHO, V. C. **Gênero e artefato**. São Paulo: EDUSP, 2008.

DUMOULIN, O. **O papel social do historiador: da cátedra ao tribunal**. Belo Horizonte: Autentica, 2017.

GOMES, Â. C. de; HANSEN, P. S. **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GUARNIERI, W. R. C. Museu: uma organização em face das expectativas do mundo atual. In: HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

MENESES, U. B. Do teatro da memória ao laboratório de história: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo v. 35, n. 2. p. 9-42, jan./dez. 1994.

RICOUER, P. **Tempo e narrativa**: a intriga e a narrativa histórica. São Paulo: Editora WMF; Martins Fontes, 2001.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RÜSEN, J. **Aprendizagem histórica**: fundamentos e paradigmas. Curitiba: W.A. Editores, 2012.

RÜSEN, J. **História viva**: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

Artigo recebido em 23/05/19. Aceito em 23/08/19.

ELEMENTOS DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL PRESENTES NA CAPELA NOSSA SENHORA PERPÉTUO SOCORRO DE INDAIAL - SC

Elements of historical and cultural heritage presents in the Capela Nossa Perpétuo Socorro de Indaial - SC.

Gabriela Martins¹
Graciela Marcia Fochi¹

Resumo: Este artigo apresenta aspectos e expressões do patrimônio histórico e cultural presentes e relacionados à Capela Nossa Senhora do Perpétuo Socorro de Indaial - SC. A capela foi construída nas primeiras décadas do século XX e foi tombada pelo órgão nacional de proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional/IPHAN no ano de 2007. Estima-se sensibilizar a necessidade de salvaguardar a história e a memória, estimular o uso e a apropriação do patrimônio histórico, assim, como valorizar e dar continuidade às festividades que ocorrem na comunidade e naquele local. Advoga-se para a necessidade de ampliação das atividades de salvaguarda para as características, as expressões e as particularidades, a latente permanência, continuidade e ampliação do espaço e das atividades que são realizadas na comunidade.

Palavras-chave: Patrimônio histórico e cultural. Salvaguardo. Educação patrimonial.

Abstract: This article presents aspects and expressions of historical and cultural heritage present and related to the Capela Nossa Senhora do Perpétuo Socorro de Indaial-SC. The chapel was built in the first decades of the twentieth century and was registered by the national body for the protection of the national historical and artistic patrimony / IPHAN in 2007. It is estimated that the need to safeguard history and memory, to stimulate the use and appropriation of the historical patrimony, as well as valuing and giving continuity of the festivities that occur in the community and in that place. It is advocated for the need to expand the activities of safeguarding for characteristics, expressions and particularities, and for the latent permanence, continuity and expansion of space and activities that are carried out in the community.

Keywords: Historical and cultural heritage. Safeguard. Patrimonial education.

Introdução

O município de Indaial está localizado no estado de Santa Catarina, no Médio Vale do Itajaí, fazendo parte do Roteiro do Vale Europeu e dos Roteiros Nacionais de Imigração. A cidade teve seu processo de colonização iniciado por alemães, posteriormente italianos e poloneses, e a região ainda preserva diversos exemplares construtivos e expressões culturais, que são frutos da herança de seus antepassados que outrora imigraram, responsáveis por lhe conferir características singulares, que a tornam única em todo o território nacional.

Um desses exemplares é a Capela Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, que está situada na localidade do Warnow Alto, no bairro Warnow. A construção da capela deu-se por volta do ano de 1924 e desde o processo de construção foi palco de inúmeros acontecimentos, o que a torna guardiã de memórias de várias gerações de habitantes da comunidade e de toda a cidade. Implantada em um terreno plano, distante de áreas adensadas, e com o Ribeirão aos fundos, a diminuta edificação se destaca na paisagem local. A Capela é tombada em âmbito estadual pela Fundação Catarinense de Cultura (FCC) e em 2007, agora em instância federal, pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

¹ Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI. Rodovia BR 470 – Km 71 – nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC. Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br.

No momento atual, faz-se necessário problematizar as questões de patrimônio histórico e cultural, história e memória, à luz do que Stuart Hall (1992) sugere quando explica que as velhas identidades que estabilizaram o mundo social estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno. Antônio Torres Montenegro (1992) descreve que a grande força da história oral é que ela pode recuperar segmentos da sociedade que de outra forma se perderiam. Carmelo Distante (1998, p. 84) defende que não existirá um porvir verdadeiro para a humanidade e não existirá um verdadeiro progresso se o futuro não tiver um “coração antigo”, isto é, se o futuro não se basear na memória do passado. Nas recomendações de Paris, na convenção para a salvaguarda do cultural patrimônio imaterial, o patrimônio cultural imaterial é reconhecido como uma questão de interesse geral para a humanidade e como um direito humano (UNESCO, 2003, p. 10).

Devido à globalização, ao acesso facilitado a informações e outras experiências, as identidades locais estão sendo desestabilizadas, fragmentadas e enfraquecidas. Giddens (1991, p. 6) afirma que “à medida em que áreas diferentes do globo são postas em interconexão umas com as outras, ondas de transformação social atingem virtualmente toda a superfície da terra”, e isto deve ser levado em conta quando discutimos o impacto das mudanças contemporâneas na sociedade em que vivemos.

As culturas nacionais não são apenas expressas através das instituições, mas também por símbolos e representações, podendo ser encontradas através de histórias, imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais que simbolizam ou representam as experiências compartilhadas e dão sentido à nação e sua população como membros de uma comunidade.

Stuart Hall (1992) explica que a tendência em direção a uma maior interdependência global está levando ao colapso de todas as identidades culturais fortes e está produzindo aquela fragmentação de códigos culturais, aquela multiplicidade de estilos, aquela ênfase no efêmero, no flutuante, no impermanente, na diferença e no pluralismo cultural.

Diante deste contexto, em 17 de outubro de 2003, em Paris, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) contemplou em sua agenda o salvaguardo do patrimônio cultural imaterial. Esse documento considerou a profunda interdependência que existe entre o patrimônio cultural imaterial e o patrimônio material cultural e natural, reconheceu que a importância do patrimônio imaterial se deve ao fato de nela residir a fonte de diversidade cultural e a garantia de desenvolvimento sustentável.

Por outro lado, o conteúdo do documento ressalta que a globalização foi responsável por criar as condições propícias para um diálogo renovado entre as comunidades, ao mesmo tempo, gera o fenômeno da intolerância, graves riscos de deterioração, desaparecimento e destruição do patrimônio cultural imaterial, devido à particular falta de meios para sua salvaguarda. Diante disto, considera-se que o patrimônio material cultural e natural deve ser enriquecido e completado mediante novas disposições relativas ao patrimônio cultural imaterial, pois entende-se que o patrimônio imaterial exerce inestimável função como fator de aproximação, intercâmbio e entendimento entre os seres humanos.

A convenção recomendou algumas medidas para salvaguarda, desenvolvimento e valorização deste patrimônio, assegurando medidas governamentais através de políticas gerais, visando promover a função do patrimônio cultural imaterial na sociedade, organização e criação de um organismo competente. Fomentar estudos científicos, técnicos e artísticos, adoção de medidas de ordem jurídica, administrativa e financeira para a manutenção deste patrimônio, favorecer a criação e o fortalecimento de instituições de gestão de patrimônio imaterial, garantir acesso ao patrimônio cultural imaterial, respeitando ao mesmo tempo os costumes que regem o acesso a determinados aspectos do referido patrimônio, criar instituições de documentação sobre o patrimônio cultural imaterial e facilitar o acesso a elas.

A Constituição Brasileira, desde 1988, no artigo 216, declara que “constituem patrimônio cultural brasileiro, os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos grupos formadores da sociedade brasileira (...)” (BRASIL, 1988).

Diante das reflexões contidas nos autores apresentados e nas previsões dos documentos e legislações emitidos pelas instituições reconhecidas, estima-se que existem questões que recaem e fragilizam as expressões de patrimônio histórico e cultural que ultrapassam os conteúdos das legislações, que residem na relação de pertencimento e participação que ocorre entre a população, os espaços e as expressões de patrimônio histórico e cultural. Para verificar esta hipótese, escolheu-se a Capela Nossa Senhora do Perpétuo Socorro para realizar estudos, pesquisas e análises.

Percurso Metodológico

A revisão de literatura que proporcionou a fundamentação teórica deste estudo, se baseou nas produções de autores, como Stuart Hall, Anthony Giddens, Carmelo Distante, UNESCO e Constituição Brasileira, que por sua vez tratam, com sólida e reconhecida produção, de questões e temas pertinentes à globalização, história, memória, identidade e ao patrimônio histórico e cultural.

O caminho metodológico do estudo foi continuado com a consulta do texto “Documentos Preliminares”, produzido em 2016 pela empresa WS Restaurações, que foi responsável pela restauração da Capela Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, disponível na Paróquia Santa Inês, e cedida pelo pároco Pe. Marcelo Martendal. A continuidade da coleta dos dados foi realizada através de entrevista oral, que contou com um roteiro semiestruturado, cujas questões solicitavam resposta como nome, idade, naturalidade, tempo e experiência de exercício do sacerdócio, tempo de atuação na cidade; percepção da participação e do envolvimento da comunidade com os eventos e celebrações da Igreja antes das atividades de restauro; continuidades e mudanças na relação da comunidade com a Capela depois do restauro; sugestões de melhorias do uso; apropriação da capela pelos fiéis/comunidade/turistas; e como a sociedade pode ajudar na preservação e manutenção da capela como patrimônio histórico nacional.

A entrevista foi agendada em visita à secretaria da paróquia e gravada em vídeo, foi transcrita seguindo os procedimentos legais, mediante autorização de uso de som e imagem, sendo o documento assinado em três vias, uma para o entrevistado, uma para a instituição de ensino e outra para o entrevistador. A entrevista ocorreu na sala de atendimento do pároco, na Paróquia Santa Inês, Indaial - SC. Por fim, participou-se da festa anual da comunidade, que ocorreu nos dias 1º e 2 de julho de 2017, na qual foram feitos registros fotográficos apresentados no decorrer do trabalho.

Desenvolvimento

Inicialmente, a região encontrava-se povoada por populações nativas indígenas e no século XVII e XVIII ocorreu a instalação de famílias luso-brasileiras e descendentes de africanos. A colonização mais intensiva do município de Indaial iniciou a partir de 1859 – 1860, com a vinda dos primeiros imigrantes alemães. A partir de 1875 vieram os imigrantes italianos, e em 1878 chegaram os primeiros poloneses, e é graças à diversidade cultural, oriunda desses conjuntos populacionais, que a região preserva ainda diversos exemplares construtivos e costumes.

No ano de 2015, devido à ação do tempo e a condições climáticas, a Capela precisou passar por uma grande reforma, que contemplou tanto a estrutura externa como as disposições internas, ficando pronta em 4 de outubro de 2016. A reforma foi realizada pela empresa WS Restauração Ltda - ME e foi custeada pelo Governo Federal, através do IPHAN. Durante o tempo de reforma, foi elaborado e entregue à comunidade o documento de Estudos Preliminares, que conta com referências

históricas, projetuais, documentação fotográfica, descrições e detalhamentos arquitetônicos, análises e catalogações, atribuições dos executores e artistas envolvidos na restauração, assim como estudos e soluções para as patologias encontradas. Nas imagens anexas (Figura 1 e 2), é possível observar como o local se encontra após os trabalhos de restauração.

Figura 1. Capela Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2018).

Figura 2. Interior da Capela Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2016).

O projeto do IPHAN de restauro deu conta das necessidades estruturais da Capela Nossa Senhora Perpétuo Socorro, porém, no que tange aos aspectos do patrimônio histórico-cultural imaterial preservado, faz-se necessário um olhar atento à manutenção, valorização e à proteção dos costumes regionais da comunidade que vive no entorno do local, isto é, através do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, que é um instrumento criado a partir do Decreto nº 3.551, de agosto de 2000, da Constituição Brasileira, contido no Patrimônio Imaterial (2012).

De acordo com Maria Cecília Londres Fonseca (2003), “o registro se distingue do tombamento na medida que não se propõe a conservar os bens registrados ou a assegurar sua autenticidade, nem a atribuir ao poder público a obrigação de fiscalizar e de zelar pela sua integridade física (...), mas sim, assegurar ao bem registrado na documentação pelos meios adequados e ampla divulgação e promoção”.

Para a comunidade local, a Capela Nossa Senhora do Perpétuo Socorro foi e continua sendo palco de histórias e recordações. Quando perguntado sobre a relação dos fiéis com o espaço da Capela, após o restauro entregue em 2016, o Pe. Martendal, em entrevista no ano de 2017, que está à frente da Paróquia Santa Inês (Indaial - SC) desde 2014, conta que “a comunidade se sentiu valorizada, é uma comunidade pequena e ver seu espaço sendo melhorado e conhecido deixou eles muito felizes”. Ao questionar sobre a participação e relação da sociedade com o bem tombado, ele relata: “A maior interação da sociedade continua sendo a festa anual da igreja, contudo, a comunidade local passou a participar mais das celebrações mensais, assim como aumentou a procura para celebrações e casamentos”.

Figura 3. Festa da comunidade.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2017).

A festa da comunidade do ano de 2017 aconteceu nos dias 1º e 2 de julho, nela, além dos moradores locais, pode-se encontrar um número expressivo de habitantes de todos os bairros da cidade e de cidades vizinhas. De acordo com o Pároco, a festa anual é a principal fonte de recursos para que a edificação prossiga servindo de espaço à finalidade para as quais foi construída, assim como a conservação e a manutenção básica.

Considerações Finais

Este artigo almejou enriquecer e valorizar a comunidade e o patrimônio histórico e cultural que a Capela Nossa Senhora do Perpétuo Socorro comporta e representa, assim como reforçar as ações de divulgação e conscientização em nível local, nacional e internacional da importância do patrimônio cultural imaterial e de seu reconhecimento.

Ao longo da realização dos estudos, da entrevista e da participação na festa da comunidade, foi possível observar diversos elementos de caracterização sociocultural e singular, dentre eles, destacam-se o da utilização de um dialeto próprio, resultado da mistura entre o alemão e o português, que se mesclam entre dizeres e frases até formarem novas palavras, que, por sua vez, são entendidas apenas pelos habitantes daquela localidade; por outro lado, observou-se os sabores típicos e modos de preparo da gastronomia da região, que se assemelham muito aos pratos originais dos imigrantes europeus, contudo, adaptados aos ingredientes e temperos encontrados naquele local.

Ressalta-se que tanto a comunidade quanto a Capela precisam da continuidade e ampliação de estudos, pesquisas e projetos que almejam a valorização e a salvaguarda da Capela à comunidade local, regional e demais indivíduos que possam se interessar e se identificar com as referências que ela apresenta e comporta. Desta forma, com os dados apresentados neste artigo, defende-se a comunidade e a Capela Nossa Senhora do Perpétuo Socorro por ser um motivo aglutinador e um palco protagonista de expressões, de um patrimônio histórico-cultural material e de um patrimônio cultural imaterial.

Enfatiza-se a necessidade de programas educativos para conscientização, disseminação e transmissão de informações da Capela ao público em geral - em especial para jovens, que são os futuros herdeiros deste espaço -, para tanto, deve-se frisar a importância da criação de meios, formas e linguagens não formais para transmissão de conhecimento, para que os costumes e tradições locais não se percam em meio às mudanças socioculturais do mundo contemporâneo.

Referências

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. **Patrimônio Imaterial**. Brasília, DF: Senado Federal, 2012.
- DISTANTE, Carmelo. **Memória e identidade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1992.
- HORTA, Maria de Lourdes; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.
- IPHAN. **Estudos preliminares**. Capela Nossa Senhora do Perpétuo Socorro de Indaial/SC. Jaraguá do Sul: IPHAN, 2016.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. **Textos em representações sociais**. p. 63-88. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. **História e memória**. p. 535-549. Campinas: Unicamp, 1990.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. p. 11-29. São Paulo: UNESP: FAPESP, 1999.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória**. A Cultura Popular Revisitada. São Paulo: Contexto, 1992.

UNESCO. **Recomendações de Paris**. Convenção para salvaguarda do patrimônio cultural e imaterial. Paris: UNESCO, 2003.

WS RESTAURAÇÕES. **Capela Nossa Senhora do Perpétuo Socorro**. Estudos Preliminares. Indaial: WS, 2017.

Artigo recebido em 23/05/19. Aceito em 23/08/19.

JORNAIS E REVISTAS COMO FONTES HISTÓRICAS

Newspapers and magazines as historical sources

Filipe Furtado¹

Gislaine Terezinha Martins Duarte¹

Patrícia Ertle Soares¹

Gilmar Moraes¹

Resumo: Nos diversos campos de pesquisas, jornais e revistas estão sendo utilizados como fonte na produção de conhecimento histórico. Este artigo tem como objetivo descrever e analisar a relevância da utilização destes meios de comunicação como fonte de estudo para a construção e a reconstrução da história. Para tanto, tivemos como metodologia a análise da historiografia pertinente. Desta forma, podemos concluir que a temática do uso dos periódicos como fontes históricas permitem desvendar fatores econômicos, políticos, sociais e culturais dentro de um período predeterminado, ou seja, o uso destas fontes contribui para a compreensão de como os agentes participantes do processo social contribuíram para a construção da memória sobre a história em relação ao período estudado.

Palavras-chave: Fontes Históricas. Jornais. Revistas.

Abstract: In the various fields of research, newspapers and magazines, are being used as source in the production of historical knowledge. In this sense, the present study aims to describe and analyze the relevance of the use of these media as a source of study for the construction and reconstruction of history. For this, the study had as methodology the analysis of pertinent historiography. In this way, we can conclude that the theme of the use of journals as historical sources allows us to unveil economic, political, social and cultural factors within a predetermined period, that is, the use of these sources contributes to the understanding of how the agents participating in the social process contributed to the construction of memory over history in relation to the period studied.

Keywords: Historical Sources. Newspapers. Magazines.

Introdução

As fontes históricas são os documentos que o historiador utiliza para recontar fatos passados, reconstruir a história. Desta forma, as fontes ou documentos históricos referem-se a tudo que foi produzido pelo homem desde os tempos primórdios. Elas podem ser visuais, materiais, escritas e orais. Entre as fontes, as mais utilizadas são os documentos escritos, no qual destacamos os jornais e as revistas. Cada tipo de fonte exige do historiador uma habilidade e especialidade diferente. Ao historiador cabe interpretar os documentos e extrair com o máximo de precisão as informações que sustentarão sua pesquisa. Neste contexto, é através da relação entre as diversas fontes históricas que o conhecimento humano sobre o passado vai se reconstituindo.

Este tema é relevante no que diz respeito à utilização dos jornais e revistas como fonte de estudo para a construção e a reconstrução da história. Nesse sentido, o artigo tem como justificativa, através da análise destes periódicos, desvendar os aspectos econômicos, políticos e sociais de determinada sociedade e, especialmente, dentro de um período específico.

Para a investigação desta pesquisa foi definido como objetivo geral as fontes históricas como instrumento de conhecimento, sendo o objetivo específico um breve estudo sobre o conceito e aplicação dos jornais e revistas como fontes históricas.

¹ Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSSELVI – Rodovia BR 470 – Km 71 – nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br.

Estruturamos o artigo em cinco partes. A primeira, introdutória, em que é exposto a estrutura da pesquisa. Na segunda, temos a contextualização sobre as fontes históricas. A terceira descreve os jornais como fonte histórica. Na quarta, temos as revistas como fonte histórica. Por último, na quinta parte, apresentamos as considerações finais, com a discussão do tema de cada seção.

Fontes históricas

As fontes históricas são o conjunto de informações que fornecem subsídios para que o historiador fundamente, caracterize, reflita e analise determinado período histórico. Através delas o historiador obtém os elementos necessários para qualificar a pesquisa e, ao mesmo tempo, dar credibilidade a investigação (FRANÇA; SOUZA; KLANOVICZ, 2014).

De acordo com Janotti (2005), o uso das fontes tem uma história, pois os interesses dos historiadores variam no tempo e no espaço. Desta forma, é preciso que o historiador tenha erudição e sensibilidade no tratamento das fontes, já que delas depende a construção convincente de seu discurso. Quando os profissionais da história utilizam as fontes intermediadas por documentos, precisam considerar qual o tipo de documento que estão usando.

Conforme Karnal e Tatsch (2009, p. 24), “[...] documento histórico é qualquer fonte do passado conservado por acidente ou deliberadamente, analisado a partir do presente e estabelecendo diálogos entre a subjetividade atual e a subjetividade pretérita”. Diferentes tipos de documentos existem por diferentes razões, e conhecer a diferença entre eles pode auxiliar na construção crítica da história.

A história utiliza diversos tipos de documentos transformados em fontes pelo olhar do pesquisador. A partir de 1930 houve uma revolução documental que levou à expansão do universo das fontes. As fontes históricas podem ser classificadas em: complexas (mapas, teatros, plantas arquitetônicas), iconográficas (pinturas, fotografias), fontes da cultura material (materialidade urbana, utensílios, objetos), naturais (paisagens fósseis), orais (entrevistas, depoimentos), virtuais (Wikipédia, chat) e textuais (impressos diversos, livros, documentos de arquivo) (BARROS, 2013).

Pessoas vivendo no passado deixaram muitas pistas sobre suas vidas. Segundo França, Souza e Klanovicz (2014), essas pistas envolvem diversos tipos de documentos na forma de livros, artigos pessoais, diários, relatórios, cartas, moedas etc. Alguns destes documentos foram publicados, como é o caso dos jornais e revistas. No entanto, o fato de terem sido publicados não os conferem veracidade, pois, por trás de todo documento, sempre há visões de mundo e preconceitos de quem escreveu.

Jornais como fonte histórica

A historiografia alterou sua visão sobre o uso da imprensa como fonte de pesquisa. De acordo com Luca (2005), até 1970 era pequeno o número de trabalhos que utilizavam jornais e revistas como fonte para o conhecimento no Brasil. Nesta época, havia reconhecimento da importância dos impressos, mas relutava-se em utilizá-los para a escrita da História. O temor por sua utilização estava relacionado à obsessão dos historiadores em busca da verdade. O historiador, para se manter livre de envolvimento com seu objeto de estudo e com os métodos de crítica textual, deveria utilizar fontes marcadas de objetividade, neutralidade e credibilidade. Desta forma, existia uma hierarquia qualitativa dos documentos a serem utilizados. De acordo com a autora, neste contexto, os jornais eram pouco adequados para a recuperação do passado, pois continham registro fragmentado do presente, baseados em interesses, compromissos e paixões.

Segundo Leite (2014), o reconhecimento da imprensa como fonte e objeto de pesquisa histórica tem início a partir da década de 1970, quando surgiram novas concepções e perspectivas sobre a

fonte jornalística. Foi neste período que as críticas à História Tradicional e seus métodos pela Nova História direcionaram novos rumos da historiografia contemporânea. Este processo alterou não apenas o modo de fazer história, mas também os métodos sobre a análise e a crítica de novos documentos. Luca (2005) afirma que essas concepções surgiram com a Terceira Geração dos Annales, que propunham novos objetos, problemas e abordagens. Com a profunda renovação do Marxismo, levou ao abandono da ortodoxia economista, reconhecimento da importância dos elementos culturais e a revolução copernicana, efetuada por Thompson, que propôs adotar a perspectiva dos vencidos, ou seja, a história vista de baixo; estas mudanças inspiraram abordagens inovadoras e alteraram a concepção de documento e sua crítica.

Os aportes analíticos provenientes de outras ciências, como sociologia, antropologia, psicanálise, semiótica e linguística, também produziram contribuições importantes para a história, forçando os historiadores a refletirem sobre as fronteiras de sua própria disciplina, assim como a concepção e a análise crítica dos documentos (LUCA, 2005).

A ampliação das temáticas e das abordagens contribuiu para a expansão do universo das fontes e a imprensa passou a ser considerada material de pesquisa valioso, tornando-se uma das principais fontes de informação e pesquisa histórica (LEITE, 2014).

Todos os relatos periódicos (diário, semanal, quinzenal etc.), produzidos por jornais, identificam uma determinada época e lugar. “Por isso, eles atuam como um documento histórico que reflete e reúne uma múltipla interpretação e tratamento de fatos ocorridos na história, também escritos e organizados a partir de um determinado local e circunstância” (CAMPELLO; CALDEIRA, 2014, p. 68).

Conforme Luca (2005, p. 118), “o estatuto da imprensa sofreu deslocamento fundamental, ainda na década de 1970: ao lado da história da imprensa e por meio da imprensa, o próprio jornal tornou-se objeto da pesquisa histórica”. Por isso, é importante prestar atenção aos aspectos que envolvem a materialidade dos impressos e seus suportes. “Historicizar uma fonte requer ter em conta, portanto, as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê” (LUCA, 2005, p. 132).

Leite (2014) corrobora que o uso das fontes jornalísticas permitiu ampliar os horizontes em relação ao estudo sobre o passado. As fontes da imprensa jornalística variam entre jornais locais, regionais, diários, militantes e até mesmo de humor, que devem ser analisados envolvendo editoriais, fotografias, colunas sociais, notícias e diversas outras infinitas possibilidades.

De acordo com Campello e Caldeira (2014), os jornais, além das notícias, prestam serviços informativos à comunidade e ao público em geral, pois fornecem dados úteis ao dia a dia, como informações sobre cotações de preço de produtos agrícolas, ações na bolsa, boletins meteorológicos, roteiros de viagens, cinemas e diversas outras informações sobre as mais variadas atividades. Além das informações textuais, os jornais agregam elementos visuais, como a fotografia, que complementam o trabalho do repórter e a infografia, que são tabelas produzidas pela editoria de arte, onde constam as informações de maior relevância. Todos estes elementos produzidos pelo jornalista contribuem para transformar seu texto em documento histórico.

“Atualmente, a história contemporânea estendeu o conceito de documento para todos os suportes produzidos pelo homem, não somente àqueles que contém a verdade sobre os fatos – exatamente porque, falso ou verdadeiro, todo documento tem capacidade para contar uma história” (CAMPELLO; CALDEIRA, 2014, p. 81). O exame retrospectivo de publicações pode mostrar como foi determinada época. Estas informações são fundamentais para se reconstruir o retrato de determinados períodos. Este processo demonstra a importância do jornal não só como um instrumento diário de informação dos fatos ocorridos no mundo ou do local de publicação, mas, principalmente, ressalta este meio de comunicação como um documento histórico.

Para Leite (2014), as catalogações e as constituições de acervos físicos e digitais dos periódicos têm favorecido o uso cada vez maior desta fonte em produções históricas. Conforme o autor, além dos acervos, é possível encontrar os jornais em bibliotecas, museus e centros de pesquisa. A variedade dessa fonte impressa é enorme e existem inúmeros periódicos. Desta forma, ao realizar uma pesquisa, é preciso localizar as publicações na história da imprensa, atentar para as características materiais (periodicidade, impressão, publicidade), conhecer a organização interna do conteúdo, identificar os principais colaboradores, o responsável pela publicação, o público a que se destina, as fontes utilizadas e, por fim, analisar o material de acordo com a problemática escolhida. Segundo a autora, essa análise do lugar de inserção delimita uma abordagem que faz dos impressos, ao mesmo tempo, fonte e objeto de pesquisa historiográfica.

De acordo com Campello e Caldeira (2014, p. 82), “o jornal, enquanto documento histórico, não o exime de seu vínculo com o leitor. Daí a responsabilidade do jornalista em assumir o compromisso com a máxima verossimilhança na apuração, descrição e narração dos fatos”.

Conforme Bona (2017, p. 59), “[...] a prática jornalística demanda pesquisa ativa; descoberta e checagem de informações referente a fatos e acontecimentos; e, sobretudo, o relato destas a vários públicos, de maneira acessível, objetiva e direta”. Segundo a autora, esta atividade profissional apresenta características marcantes como: responsabilidade (checar veracidade das informações), liberdade (imprensa deve ser livre para cobrir e debater qualquer assunto), verdade (buscar a verdade do fato, apurando as diferentes verdades das fontes) e objetividade (relatar o fato com clareza, como realmente aconteceu). Em suma, o jornalismo cuidadoso é levado a sério, inspira confiança, pois tem como objetivo a construção de relatos imparciais e verdadeiros.

Desta forma, “estas características apontam para o campo de ação da imprensa e sua intervenção na vida social, política e cultural de uma sociedade. A imprensa registra, comenta e participa da história, possibilitando ao historiador acompanhar o percurso dos homens no tempo” (LEITE, 2014).

“O historiador, de sua parte, dispõe de ferramentas provenientes da análise do discurso que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento” (LUCA, 2005, p. 139). Cabe ao historiador analisar a fonte com olhar crítico e uma correta contextualização do documento que tem em mãos. É fundamental que o profissional discuta os critérios possivelmente adotados por quem produziu o documento e, assim, busque da melhor forma possível decifrar as informações que esta fonte forneceu. Conforme Bacellar (2005, p. 68), “[...] avaliar as possibilidades de uma fonte documental é perceber a qualidade das informações que ela pode ou não nos fornecer, de acordo com a problemática de cada pesquisa”.

Revistas como fonte histórica

Segundo Martins (2003), é extenso o rol de fontes convencionais, tradicionalmente manuseadas pelo historiador e credenciadas como documentos legítimos a respaldar as investigações acadêmico-científicas. A revista impressa não se apresenta de forma inédita como fonte histórica, pois desde o século XIX, os periódicos já eram considerados documentos pertinentes para a compreensão do passado, mesmo que, com certas restrições. Conforme a autora, as inúmeras possibilidades de análise decorrentes da Nova História potencializaram a revista como fonte. Desta forma, esta modalidade de publicação periódica evidenciou-se como suporte rico e diversificado de documentos, apresentando uma síntese privilegiada dos processos históricos e a representação material de práticas de consumo, usos e costumes.

Historiadores de diversos matizes teóricos reconheceram na imprensa escrita novas possibilidades de análises e ressignificações do passado. Contudo, a inserção dos impressos na produção historiográfica brasileira, especialmente o uso de jornais, revistas, folhetins e edições ilustradas, ainda é recente se comparado à Europa e aos Estados Unidos. Somente nos últimos anos, os trabalhos que se valham de jornais e revistas como fonte para o conhecimento da história do Brasil se consolidaram. Identificam-se, a partir daí, relativo aumento na utilização dos periódicos como documento e objeto de pesquisas, incluindo-se dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações de artigos e/ou livros. (CALONGA, 2012, p. 86).

De acordo com Luca (2005), no caso das revistas, conta-se com a ousada pesquisa de Ana Luiza Martins, Historiógrafa do CONDEPHAAT (Conselho de defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico de São Paulo), que teve o desafio de desenvolver este gênero impresso, esclarecer suas condições de produção, mapear seu processo de divulgação e desenvolver a ideia de semanários e mensários, que circularam na cidade de São Paulo entre os anos de 1890 e 1922. Conforme o Luca, (2005, p. 122), “estudos desta natureza, que exigem larga pesquisa, domínio de ampla bibliografia e rigor conceitual, são fundamentais não só pelos dados que inventariam e organizam, mas pelo muito que sugerem e ensinam acerca dos procedimentos teórico-metodológico adotados no tratamento das fontes”.

Para Luca (2005), as revistas impressas merecem ser melhor analisadas, pois o gênero se individualizou em face às outras formas de impressos periódicos. A Revista da Semana, semanário brasileiro editado de 1900 até 1962, fundada por Álvaro Teffé, foi apontada como marco do surto que, prolongaria por décadas, as chamadas revistas ilustradas ou de variedades. Neste contexto, as revistas reservam amplo espaço para imagens e conteúdo diversificado que poderiam incluir acontecimentos sociais, crônicas, poesias, fatos curiosos do país e do mundo, conselhos médicos, moda, regras de etiqueta, notas policiais, jogos, charadas de leituras para crianças, entre outros assuntos. Estas publicações forneciam um cardápio que procurava interessar diferentes leitores, justificando, assim, o termo de variedades. Pode-se dizer que, esta estratégia atendia às necessidades dos leitores e consumidores. O sucesso das revistas dependia de conseguir ampliar ao máximo os possíveis interessados e, por isso, valia incluir na revista de tudo um pouco.

Segundo Cruz e Peixoto (2007), em nossa prática de pesquisa não devemos utilizar a imprensa como um espelho ou expressão de realidades passadas e presentes, mas como uma prática constituinte da realidade social, que modela formas de pensar e agir, define papéis sociais, generaliza posições e interpretações que se pretende compartilhar.

Conforme Martins (2003), a revista como documento tornou-se irresistível, pois contém um conjunto lúdico que reúne em uma só publicação texto, imagem, técnica, visões de mundo e imaginários coletivos. Todos os seus componentes, aparentemente corriqueiros, como o formato, o papel, a letra, a ilustração e a tiragem, sugerem indagações que prenunciam a historicidade presente hoje, nas velhas e amareladas publicações. Temos nas revistas o registro múltiplo, do textual ao iconográfico, do extratexto à segmentação do perfil de seus proprietários e consumidores. De acordo com a autora, o composto da revista formado pelo texto, pelas imagens, ilustrações, reclames e seções, evoca, em seu conjunto, de imediato, o quadro histórico que se pretende transitar. Desta forma, criam igualmente a leitura amena e ligeira, decorrente do mero folhear dessas publicações de época, que acabam por envolver o leitor/historiador no tempo pretérito que busca reconstruir.

Metodologia

O artigo científico foi realizado na cidade de Porto Alegre, no primeiro semestre de 2018. O campo de investigação foi artigos da internet e livros consultados em bibliotecas locais. Para tanto, esse estudo caracterizou-se como sendo de cunho exploratório-descritivo. Hair et al. (2005) afirmam que a pesquisa exploratória é útil quando os pesquisadores dispõem de poucas informações. Já para Gil (2008), as pesquisas descritivas têm como objetivo principal a descrição das características de uma população ou fenômeno, ou ainda estabelecer relações entre as variáveis que, usualmente, são utilizadas técnicas padronizadas de coleta de dados.

Diante do exposto, o processo da metodologia que norteou esse estudo foi desenvolvido em três momentos: inicialmente foi elaborada uma pesquisa bibliográfica, em livros e artigos científicos, para a fundamentação teórica do assunto e melhor compreensão do tema.

Logo após, foi criada a problemática da pesquisa e, assim, criada as categorias de pesquisa (entende-se como categoria a elaboração dos tópicos, cujos objetivos é o de resolver a problemática de pesquisa). Dessa forma, foi feita a seleção das fontes, ou seja, o banco de dados da pesquisa.

A elaboração do banco de dados teve como critérios de seleção a procura de autores que, de alguma forma, fossem ligados a uma instituição acadêmica ou a um grupo de pesquisa com relação ao tema. Outro critério foi o tempo de publicação, consideramos o mínimo de cinco anos.

Na terceira etapa foram feitas as análises das fontes e a dissertação do artigo. O critério de análise das fontes levou em consideração a posição da pesquisa dos autores com relação à problemática. Nessa parte, o procedimento foi o de dividir as categorias pelos componentes do grupo, assim, cada um fez a análise de sua categoria, bem como os resultados, a discussão e a conclusão.

Resultados e discussão

Com base na pesquisa realizada, podemos descrever que a história utiliza diversos tipos de documentos, transformados em fontes pelo olhar do pesquisador. Nesse ínterim, procuramos resultados que apontassem para a importância da ação da imprensa e sua intervenção na vida social, política e cultural de uma sociedade.

Assim, os resultados da pesquisa apontaram para o seguinte resultado: a imprensa registra, comenta e participa da história, possibilitando ao historiador acompanhar o percurso dos homens no tempo.

Foi pontuado como resultado, que o uso das fontes jornalísticas permitiu ampliar os horizontes em relação ao estudo sobre o passado. Para tanto, foi discutido que fontes jornalísticas devem ser analisadas à luz da interpretação, pois são impregnadas de interesses e variam entre jornais locais, regionais, diários, militantes e até mesmo de humor, que devem ser analisados envolvendo editoriais, fotografias, colunas sociais, notícias e diversas outras possibilidades.

Com relação à revista como documento, discutimos que essa reúne em uma só publicação texto, imagem, técnica, visões de mundo e imaginários coletivos. Todos os seus componentes, aparentemente corriqueiros, como o formato, o papel, a letra, a ilustração e a tiragem, sugerem indagações que prenunciam a historicidade presente hoje.

Considerações finais

As fontes históricas são os documentos que o historiador utiliza para recontar fatos passados. Após a revolução na forma de reconstruir os fatos, que iniciou com o grupo *Lês Annales* a partir da década de 1930, passou a ser aceito como fonte histórica toda obra humana, ou seja, escritos, orais,

iconográficos, arquitetônicos, visuais e mídias. Com esses variados tipos de documentos, abriu-se um leque de assuntos que passaram a ser utilizados pelos historiadores como fontes na reconstrução de determinadas períodos da história humana.

No Brasil, o reconhecimento da imprensa como fonte e objeto de pesquisa teve início a partir da década de 1970, quando os jornais e revistas se tornaram importante valor ao mostrar o retrato das sociedades. O jornal, de forma geral, traz além de notícias cotidianas, fotos e infográficos analíticos, já as revistas oferecem além do informativo, uma leitura mais lúdica, leve e ligeira, procurando atender um perfil específico de leitores.

A utilização dos jornais e revistas como fonte no trabalho de pesquisa é algo que, nos tempos modernos, tornou-se usual no fazer historiográfico. Vez por outra, recorremos a eles para verificar dados, analisar discursos e relacionar ideias dominantes de um período ou personagem que buscamos conhecer. Poucas vezes, no entanto, vemos esses veículos de comunicação no centro da cena. A busca dos significados de sua criação e dos detalhes de suas relações com a cultura e sociedade da época, às vezes, não é tratada com o rigor necessário, sendo subdimensionada na pesquisa. No entanto, dentro desta análise, podemos perceber o quanto é importante e desafiador a utilização da imprensa, no caso dos jornais e revistas, na reprodução do passado e o quanto seu uso traz ganhos indiscutíveis para a historiografia.

Referências

BACELLAR, C. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, C. B. *et al.* **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

BONA, N. C. **Jornalismo na sociedade**. Curitiba: Intersaberes, 2017.

BARROS, J. D'A. **A expansão da história**. Petrópolis: Vozes, 2013.

CALONGA, M. D. O jornal e suas representações: objeto ou fonte da história. **Comunicação & Mercado/UNIGRAN**, Dourados, v. 1, n. 2, p. 79-87, nov. 2012.

CAMPELLO, B.; CALDEIRA, P. T. **Introdução às fontes de informação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

CAPELLATO, M. H. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

CRUZ, H. F. de; PEIXOTO, M. do R. C da. **Na oficina do historiador**: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, v. 35. 2007.

FRANÇA, C. S.; SOUZA, E. A. de; KLANOVICZ, J. **Introdução aos estudos históricos**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S/A, 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAIR, JR., J. F. *et al.* **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

JANOTTI, M. L. de. O livro Fontes Históricas como fontes. In: PINSKY, C. B. *et al.* **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

KARNAL, L.; TATSCH, F. G. A memória evanescente. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

LEITE, C. H. F. História e imprensa: a importância e a contribuição dos jornais no conhecimento histórico. In: XIV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA. 2014, Campo Mourão. **Anais [...]** Campo Mourão: Universidade Federal do Paraná, 2014.

Disponível em: <http://bit.ly/2meJErY>. Acesso em: 13 set. 2019.

LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKI, C. B. et al. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MARTINS, A. L. Da fantasia à história: folheando páginas revisteiras. São Paulo: 2003.

História, São Paulo, v. 22, n. 1, p.59-79. 2003. Disponível em: <http://bit.ly/2l89NbM>. Acesso em: 26 maio 2018.

Artigo recebido em 23/05/19. Aceito em 23/08/19.

O PROCESSO DE ACULTURAÇÃO DOS AFRO-BRASILEIROS EM SANTA CATARINA NOS SÉCULOS XVIII E XIX REPRESENTADO ATRAVÉS DO USO DE IMAGENS

The process of acculturation of Afro-Brazilians in Santa Catarina in the eighteenth and nineteenth centuries represented through the use of images

Cristiane de Fatima Giaretta¹

Roberto Carlos Rodrigues¹

Resumo: Este é o resultado de estudos e pesquisas sobre o processo de aculturação dos africanos e de seus descendentes no estado de Santa Catarina, tendo como objetivo os processos que mudaram a identidade do africano e o tornou afro-brasileiro, de como foram integrados ao trabalho e à vida social, buscando dar ênfase ao uso de imagens que remontam o nosso passado, pois nos trazem uma melhor compreensão dos fatos através da representação do cotidiano desses povos, presentes nas obras de Johann Mortiz Rugendas e Jean Baptiste Debret. Buscou-se entender o porquê de nossos conterrâneos afro-brasileiros ser um povo com tanta presença tradicionalista e cristã, visando analisar de forma crítica as fontes históricas bibliográficas e as obras de artes, buscando compreender o processo que levou à aculturação desses povos vindos da África.

Palavras-chave: Aculturação. Sincretismo religioso. Cultura.

Abstract: This is the result of studies and research on the process of acculturation of Africans and their descendants in the state of Santa Catarina, having as objective the processes that changed the identity of the African and made him Afro-Brazilian, how they were integrated into the work and the social life, seeking to emphasize the use of images that go back to our past, because they bring us a better understanding of the facts through the representation of the daily life of these peoples, present in the works of Johann Mortiz Rugendas and Jean Baptiste Debret. We sought to understand the reason of our Afro-Brazilian compatriots, to be a people with so much traditionalist and Christian presence, aiming to critically analyze historical bibliographic sources and works of art, seeking to understand the process that led to the acculturation of these peoples coming from Africa.

Keywords: Acculturation. Religious syncretism. Culture.

Introdução

Ao embarcarem nos navios tumbeiros, os africanos não podiam prever que seus modos de vida e suas expressões culturais seriam reprimidas, passariam por mudanças que conseqüentemente forçaram o processo de aculturação. Aportando em terras brasileiras, teriam de tecer novas relações com pessoas fora de seus cotidianos, convivendo com povos africanos que mal conheciam os seus costumes e tendo que aprender, além de conviver com os povos europeus, seu idioma, hábitos costumes e crenças.

Fatos constantes de nosso cotidiano nos mostram que os descendentes de africanos mudaram grande parte de sua identidade cultural, fazendo uso de uma cultura que não remete as suas raízes africanas e sim fazendo uso da cultura europeia. Portanto, o presente trabalho terá a finalidade de entender de que forma se inicia o processo de aculturação, quais causas foram mais relevantes para esse processo acontecer e como as imagens de Rugendas e Debret podem ajudar a interpretar o estágio de mudança e construção social.

Com o uso das imagens das obras de Rugendas e Debret tem-se por objetivo ressaltar o modelo de vida que os africanos encontraram aqui no Brasil, mais especificamente em terras catari-

¹ Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI – Rodovia BR 470 – Km 71 – n. 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br.

nenses, como aconteceu a adaptação destes povos durante o final do século XVIII e durante o século XIX e o seu processo gradual de aculturação.

Para entender o contexto histórico em que o africano foi inserido no estado e visando compreender as influências que levaram de fato ao processo de aculturação, foram necessárias as fontes de Sachet (1997), Schüler Sobrinho (2000), Del Priori (2016), dentre outros autores renomados que foram aporte de conhecimento referencial bibliográfico, além das imagens, formam uma linha de pensamento que não é tênue e sim muito ramificada, pois buscam na simplicidade do cotidiano das pessoas que foram o suporte para o início de nosso estado, fatos históricos que evidenciam o processo de aculturação.

Na primeira parte será tratada a chegada dos africanos, o processo de adaptação, a aprendizagem dos costumes e o processo de sincretismo religioso, visando focar a influência da Igreja, evidenciado como o fator mais agravante do processo de aculturação do africano e de seus descendentes. Contudo, a segunda parte terá como foco o importante trabalho de Debret e Rugendas, os quais proporcionaram até os dias atuais grandes fontes históricas através de suas pinturas, em que podemos observar o cotidiano dos africanos e seus descendentes, garantindo uma melhor compreensão sobre os estilos de vida e trabalho sobre os quais os escravos viviam em terras brasileiras, trazendo explicações sobre as suas identidades culturais e suas adaptações para viverem em sociedade.

O importante trabalho de Debret e Rugendas

No início do século XIX, poucos artistas representavam em suas obras os africanos e seus descendentes, pois para o julgamento social estes indivíduos poderiam passar despercebidos. Debret e Rugendas se mostram heróis da história contemporânea, trazendo para os olhares dos historiadores imagens do cotidiano dos cativos, permitindo sabermos peculiaridades do cotidiano por eles vivido.

Os dois artistas mudaram a visão brasileira na Europa ao mostrar um Brasil miscigenado, com muitos descendentes de africanos sendo a força motriz nas terras brasileiras. Fazendo uso das obras tão importantes para a nossa história nacional, é possível fazer uma análise mais completa da vida que os escravos levavam e saber o porquê do sincretismo religioso, da miscigenação e, por fim, da aculturação que nada mais é que consequências das duas primeiras atitudes citadas.

Debret e Rugendas, assim como outros pintores, retratavam elementos econômicos, políticos, sociais e culturais pelas quais as pessoas do século XIX passavam. Procuravam também situações em que os seus sentimentos fossem exaltados, para trazer melhores aspectos visuais para as suas obras, as quais trouxessem um vislumbre extasiante para quem as contemplassem. Por isso, temos que ter em mente que cada pessoa traz um sentido diferente ao contemplá-las, tem um olhar abrangente da obra, uma conclusão acerca dos elementos retratados do cotidiano e assim veremos a sua importância iconográfica.

As imagens construídas historicamente que, associadas a outros registros, informações, usos e interpretações, se transformaram, em um determinado momento, em verdadeiras certidões visuais do acontecimento, do passado. Essas imagens são, geralmente e não necessariamente de maneira explícita, plenas de representações do vivenciado e do visto e, também, do sentido, do imaginado, do sonhado, do projetado. São, portanto, representações que se produzem nas e sobre as variadas dimensões da vida no tempo e no espaço (PAIVA, 2002, p. 13-14).

Paiva (2002) salienta que as obras de Debret e Rugendas são certidões do povo africano que ao longo do tempo vai se mesclando e tornando-se povo brasileiro. As obras são fundamentais para entender como era o trabalho executado pelos africanos, as celebrações religiosas e culturais vividas e os processos pelos quais passaram até a aculturação.

Da chegada do africano até a abolição

O processo de aculturação dos afro-brasileiros vem de longa data. Desde a conquista de Ceuta, em 1415, o jovem reino de Portugal vem a interferir no modelo de cultura dos povos africanos em sua corrida pela conquista da Costa Africana e traz consequências inimagináveis para vários povos que foram retirados de seu continente e postos para ter contato com uma religião, cultura e costumes nunca vistos ou imaginados antes.

A partir do momento em que os africanos são trazidos para as terras brasileiras, para serem cativos, se deparam com uma língua diferente e com vários outros entraves, que vai desde a comida, o clima, até o modo de se expressar.

Os povos africanos são muitas vezes subjugados no processo de dominação e são tratados como povos inferiores, sob um olhar de um povo homogêneo, sendo que o continente africano é rico em diversidade natural e cultural.

Há muito tempo, descendentes de africanos levam a alcunha de povos afro-brasileiros e estão presentes no estado desde que Florianópolis chamava-se Desterro. O povo africano foi capturado e forçado a trabalhar de maneira exploratória, também sofreu o molde de um processo chamado de aculturação, que é a fusão da cultura africana com a europeia, diante de uma nova organização social, cultural e religiosa.

Desde que chegaram ao estado de Santa Catarina, os africanos são responsáveis pela mão de obra e construção dos prédios mais antigos ou em histórias pitorescas, como o trabalho das lavadeiras nos rios e córregos da cidade ou no transporte de água potável e dejetos das casas. No entanto, eram cobrados não somente os serviços aos cativos e, mais tarde, aos seus descendentes, mas também os costumes e modelo de vida social e religiosa.

“Os negros participaram da formação do povo catarinense desde os primeiros povoados. No século XVIII, vieram principalmente com os colonos de São Vicente e das ilhas portuguesas de Açores e Madeira” (GUIA GEOGRÁFICO DE SANTA CATARINA, [20--]) evidenciando, assim, a grande importância dos povos negros em nosso estado e em sua formação.

Segundo pesquisa de Walter Fernando Piazza, no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, cinco anos antes da chegada de Dom João VI no Brasil, Santa Catarina contava com 17.843 habitantes. E deles, 23,5% são escravos. Uma percentagem acusadora: entre quatro catarinenses, apenas três são livres. A relação percentual entre o número de brancos e libertos, de um lado, e de escravos de outro, mantém-se acima de 21%, até 1839. Na Década de Oitenta, estará abaixo dos 10% (SACHET, 1997, p. 55).

Figura 1. Negra Mina



Fonte: <<http://bit.ly/2l6HD0Y>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

Figura 2. Manjolo



Fonte: <<http://bit.ly/2l6HD0Y>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

Através do uso das imagens de Johann Mortiz Rugendas (MONTEIRO, 2017) pode-se diferenciar as duas etnias africanas presentes em Santa Catarina. Nota-se que ambas possuem muitas peculiaridades, tanto na representação física quanto na representação cultural representada pelas pinturas, adereços e roupas. O trabalho de Rugendas é importante para evidenciar as culturas africanas, mostrando que há diferenças evidentes entre os povos e que cada um possuía seus modelos de vida cultural e religiosa, fator que não era questionado, pois eram tratados como iguais.

Uma das primeiras interferências europeias na cultura africana foi a imposição da religião, pois os africanos, ao chegarem às colônias, eram submetidos primeiramente a uma quarentena, posteriormente à engorda e, assim que vendidos, eram batizados por seus senhores, querendo ou não ser cristão.

Aos vinte e seis dias do mês de agosto de mil setecentos e cinquenta e três annos, nessa matriz de S. Joze desta cidade baptizei e puz os sanctos óleos a Maria innocente, digo adulta a qual se baptizou sob conditione, por ella requerer a sua [Ex.....] a mandasse baptizar, pois nam tinha [...] de tal sacmto. Se nam lembrava tello recebido, suposto seu senhor o tinham [...] e mandando [...] eu a examinasse e me informasse dada escrava o fiz e achei dever ser baptizada sob-conditione, o que fiz. Foram padrinhos...” Livro de batismo de escravos – Freguesia de São José (1751-1790) (ACMRJ apud SOARES, 1998, p. 7).

Conforme os registros de Soares (1998), podemos notar que os batismos evidentemente eram requisitados pelos senhores de escravos e o padre analisava a situação do cativo, ou seja, se não tinha sido apresentado ao Cristianismo era submetido ao sacramento batismal. Segundo Goulart (1971), alguns dos que eram obrigados a se converter para a religião cristã recebiam como recompensa um ferro incandescente em forma de cruz no peito. A prática de carimbar os escravos batizados era amparada pelas Ordenações Filipinas Portuguesas que vigorou de 1603 até a chegada do Código Civil Brasileiro, em 1916 (MACIEL, 2006).

Assim como o batismo celebrava o início da vida religiosa cristã, os funerais eram feitos a rigor, preparando o negro cristão para a vida após a morte.

Figura 3. Enterro de um negro na Bahia



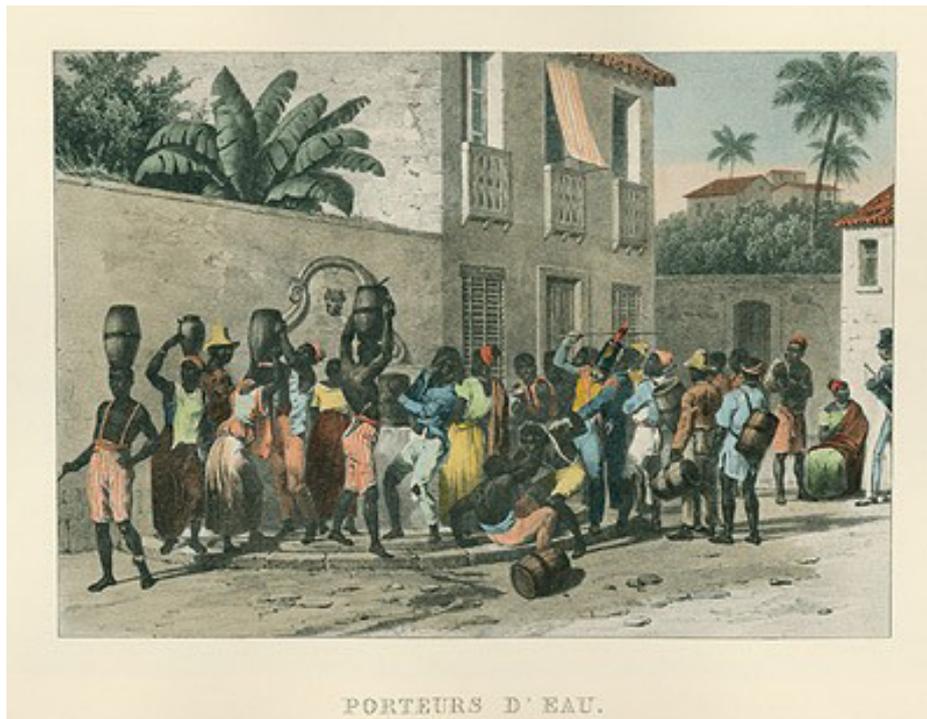
Fonte: <<http://bit.ly/2ma8nhg>>. Acesso em: 7 jul. 2018.

No decorrer do tempo, os escravos foram incorporando cada vez mais práticas do cotidiano do colonizador, bem como também passaram algumas referências de sua antiga vida no continente africano, como é o caso de rituais de cura como as benzedadeiras, tradições que perduram até os dias atuais. As divindades já não são as mesmas, mas o modo de pedir ajuda divina permaneceu.

Os africanos recém-chegados encontravam, porém, os ladinos e os crioulos vivendo uma cultura híbrida, na qual aspectos africanos e portugueses, sempre com um tempero ameríndio aqui e ali, não só os escravos livres eram expostos às influências de seus senhores, como estes também se relacionavam com as práticas daqueles, algumas vezes recorrendo a saberes africanos para cuidar dos males que os afligiam. Como vimos, a classe senhorial conhecia pouco a vida das comunidades negras, mas alguma coisa sabia, principalmente no que diz respeito às suas temidas práticas mágico-religiosas, que podiam tanto curar como matar (SOUZA, 2007, p. 110).

Ocorria a mistura entre os povos africanos que não se conheciam ou não conviviam devido às guerras entre os povos, também havia o encontro do africano com o ameríndio e o encontro com os colonos. O choque cultural resultava em uma mistura de culturas e também em uma mistura genética, já que se relacionavam, causando assim a famosa mestiçagem.

Figura 4. Confusões por rivalidade tribal (Johann Mortiz Rugendas, 1835)



Fonte: <<http://bit.ly/2kFR0EI>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

Figura 5. Indo à Igreja para o batismo (Jean Baptiste Debret, 1821)



Fonte: <<http://bit.ly/2m7EpdL>>. Acesso em: 1º set. 2018.

Na Figura 5, Debret demonstra bem o processo de aculturação do negro, pois é possível analisar que o padre é descendente de africanos e que toma para si os dogmas do Catolicismo, negando suas raízes e se tornando um cristão que segue as condutas de civilidade europeia e ajuda a transformar a cultura de mais pessoas de raízes africanas.

Mesmo sendo obrigados a aceitar a religião cristã, os povos africanos mantêm algumas práticas religiosas escondidas, pois seus rituais e cultos eram repudiados por seus senhores. Surge então a umbanda no século XX, derivada do candomblé, que junto com a capoeira e os batuques, foram

fortemente combatidos nos séculos XVIII e XIX porque acreditavam que eram práticas diabólicas trazidas da África. Assim, restava aos de origens africanas buscarem refúgios e defensores como as irmandades:

Quando falamos de práticas religiosas da população negra em Desterro, não podemos esquecer o papel das Irmandades. O Código de Postura de Desterro, Lei 222, de 10 de maio de 1845 “proibia os ajuntamentos de escravos libertos [...] que tiverem por objetivo os souts reinados africanos” e vetou até mesmo os ternos-de-reis organizados por negros. Mortari (1995) demonstra que a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, fundada por volta de 1750, tratará de garantir a oportunidade para o encontro deste grupo e será um espaço, ora de controle por parte da hierarquia católica, ora resistência, permitindo que o grupo negro participasse de festividades, nas quais era possível o relacionamento entre escravos livres e libertos e a circulação pela cidade (TRAMONTE, 2001, p. 80).

As irmandades de certa forma eram regidas pela Igreja Católica, por membros leigos com o objetivo de ajudar os seus membros e a comunidade, pois a Igreja não estava instituída em todos os lugares. Por isso, alguns escravos, ou até mesmo libertos, tomavam a frente religiosa e, por fim, acabavam misturando sua fé e até algumas palavras de raiz africanas com as rezas. Sérgio Ferreti (2006) vê o sincretismo religioso como uma forma de os povos africanos e seus descendentes não serem reprimidos, uma escapatória ou uma estratégia sábia.

Essa disponibilidade para mesclar culturas era um imperativo de sobrevivência, exercício de sabedoria também refletida na habilidade demonstrada pelos quilombolas de compor alianças sociais, as quais inevitavelmente se traduziam em transformações e interpretações culturais. É óbvio que escravos e quilombolas foram forçados a mudar coisas que não mudariam se não submetidos à pressão escravocrata e colonial, mas foi deles a direção de muitas dessas mudanças, pois não permitiam transformar-se naquilo que o senhor desejava. Nisso, aliás, reside a força e a beleza da cultura que escravos e quilombolas legaram à posteridade (REIS apud FERRETI, 2006, p. 124).

O autor Reis (apud FERRETI 2006) apoia o sincretismo, mas neste trabalho a intenção é de mostrar o que os africanos e seus descendentes foram obrigados a fazer, por decisão própria ou seguindo ordens, destacando o surgimento do sincretismo religioso em busca da autopreservação, agindo de uma forma em que o indivíduo camufla suas verdadeiras crenças, finge ou mescla a religião imposta as suas vertentes culturais.

Além da repressão aos costumes religiosos de raiz africanas, da imposição do batismo, havia também uma prática bastante comum entre os escravos de ganho, relatada no livro de 1808, em que os escravos eram pagos para rezar Ave-Maria aos senhores que os alugavam ou também eram alugados para ir à igreja.

Os escravos de ganho faziam de tudo: iam às compras, buscavam água, removiam lixo, levavam e traziam recados e serviam de acompanhantes para as mulheres quando iam à igreja. O inglês Jhon Luccock conta que eram usados até para rezar Ave-Maria, em frente aos oratórios espalhados pela cidade na intenção de seus senhores (GOMES, 2007, p. 217).

O ato festivo de carnaval era outra prática proibida no estado. O Código de Postura da Câmara Municipal do Desterro em vigor no tempo do Império, no seu artigo 44, determina que toda a pessoa que em sua casa faça “ajuntamentos de escravos ou vadios, para danças”, incorre na pena de quinze dias de cadeia e no pagamento de uma multa (SACHET, 1997, p. 56).

Desta forma os escravos eram reprimidos, não podendo crer em suas divindades ou festejar conforme os seus costumes. Algumas práticas festivas foram preservadas, mas se transformou ao longo do tempo, criando um novo molde cultural e absorvendo a cultura europeia através da questão etnocêntrica imposta pelos colonos europeus.

Na questão do trabalho, as mulheres escravas em Santa Catarina trabalhavam com os afazeres domésticos, cuidavam de seus filhos e também dos filhos dos senhores. Eram cozinheiras, lavadeiras e responsáveis pelo bem-estar de seus senhores. Já aos homens escravos restavam o cultivo nas roças, o duro trabalho das “armações de baleias”, o manejo do gado, o trabalho de marinheiro e também eram os que puxavam as redes nas praias.

Figura 6. Trabalho entre escravo e patrão (Mambetuba de J. B. Debret, c. 1827)



Fonte: <<http://bit.ly/2kH9ogu>>. Acesso em: 5 jul. 2018.

A obra de Debret (1827) mostra a prática dos tropeiros fazendo a travessia com seus escravos no Rio Mambituba, divisa de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, uma prática de trabalho em que o senhor de escravos possuía uma proximidade maior com seus cativos, tanto com os escravos vindos da África como com os índios.

Através dos relatos do francês August de Saint-Hilaire, que visitou Santa Catarina em 1820, o autor Schüller Sobrinho (2000) fala de grandes latifúndios, algumas de cem léguas, em que o pessoal de trabalho se compunha de capatazes e peões, raramente escravos, e em geral índios e mestiços assalariados. Isso se deve porque no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina se concentravam nas mãos de poucos proprietários.

Entretanto, pelo predomínio da atividade pastoril, nas áreas sulinas do Brasil Meridional, a situação do escravo era menos penosa que nas zonas açucareiras ou cafeeiras do Brasil, e o trabalho manual não repugnava tanto aos homens livres. Escreveu Saint-Hilaire: não há lugar no Brasil onde os escravos, mantendo-se próximos deles e os tratando com menos desprezo [...] ninguém nesta região se envergonha de trabalhar. Os homens menos ricos possuem vacas de leite e cultivam a terra por suas próprias mãos (SCHÜLER SOBRI-NHO, 2000, p. 151, grifo do autor).

Talvez a história do negro em Santa Catarina não seja tão frisada devido ao relevo ou porque a colonização do estado ocorreu de forma mais tardia com a vinda dos imigrantes eu-

ropeus, mas o africano foi importante e deveria ser melhor recordado, pois sua força braçal foi fundamental e seus ensinamentos e costumes perduram até hoje.

Em muitas regiões, a mão-de-obra escrava era especialmente importante, como em São Francisco do Sul. A cidade mantinha um intenso comércio com outras regiões do País, para onde mandava produtos como arroz, açúcar, farinha de mandioca. O trabalho escravo era de tal importância que, ao dar-se o fim da escravidão, a economia da cidade entrou em declínio (FIORI, 2008, p. 95).

No estado de Santa Catarina, o escravo negro e o patrão branco vivem uma relação de mútua dependência. Porém, antes mesmo da Lei Áurea de 1888, segundo Sachet (1997), já havia em Desterro organizações coletoras de fundos para satisfazerem à ganância financeira dos proprietários de escravos e assim surge a Sociedade Abolicionista do Desterro. Essas organizações defendiam o direito de liberdade do descendente de africano e também algumas de suas práticas culturais como o ato festivo carnavalesco. Também segundo Sachet (1997, p. 65), “Em todo o ano de 1887, a Sociedade Carnavalesca Diabo a Quatro promove espetáculos, bazares, grupos de pedidos de auxílios para obter recursos destinados a comprarem a liberdade dos últimos 122 escravos que ainda vivem em Desterro”.

Todo o esforço para evitar o trabalho escravo vem de consequência da Lei Geral nº 514 de 28 de outubro de 1848. A lei vem para conceder às províncias seis léguas em quadro de terras devolutas, cerca de 43,5 quilômetros quadrados, “exclusivamente destinadas à colonização, não podendo ser roteadas por braços escravos” (SACHET, 1997, p. 62).

Este fenômeno associado também à Lei de Terras que impunha ao governo brasileiro importar “colonos livres”, deixariam os africanos e seus descendentes de lado ou substituídos por outra força de trabalho que seriam os imigrantes (italianos, alemães, austríacos, poloneses e até japoneses).

A determinação não é estranha para Santa Catarina. Desde 15 de maio, desse mesmo ano (1850), um contrato assinado com a Companhia Colonizadora de Hamburgo proíbe haver trabalho de escravos na Colônia Dona Francisca, futura Joinville. Dois anos antes, o mesmo acontece em Blumenau. Começa a fechar-se a torneira que, ano após ano, derrama milhares de braços negros nos postos de trabalho catarinense (SACHET, 1997, p. 62).

Diz Sachet (1997) que a degradação em que o negro vivia e que o reduzia a uma condição de animal ou máquina, em que não podia usufruir de seu esforço e que o descaracterizava de um ser humano é posta em um fim, não tão bom como deveria, mas já não vive mais em cárcere. Porém, tem que viver sem o amparo do Estado e conviver com o preconceito, seu trabalho é desvalorizado, suas raízes negadas, não podendo falar a sua língua de matriz africana, rezar para suas entidades, manifestar a sua alegria com batuques e muito menos praticar capoeira, sua luta e dança, pois são vistos como aversivos para a sociedade branca.

Materiais e métodos

O enfoque da pesquisa é exploratório, com uso de material bibliográfico e imagens. As obras referenciadas são de Alencastro (1997), Goulart (1971), Gomes (2007), Moura (2004), Maciel (2006), Paiva (2002), Sachet (1997), Souza (2007), Schüler Sobrinho (2000), entre outros. Os autores citados são referenciados por seus trabalhos estarem ligados à escravidão e à cultura africana no Brasil. Devido à busca pelo aprimoramento pedagógico e à melhor visão acadêmica sobre o assunto de aculturação do negro, resultou este trabalho. Visando ao uso de autores ligados aos historiadores

mais conceituados como Mary Del Priori e Gilberto Freire, o trabalho direcionou-se às relações sociais do africano e seus descendentes e as consequências destas relações. Também, o uso de imagens no trabalho é uma opção de fonte histórica e vem complementá-lo porque foram retiradas de maneira digital, porém, de acervos como do ITAU para apresentar no trabalho uma fonte segura.

A análise sobre a vida do africano e de seus descendentes é vista sobre alguns aspectos de cunho religioso e cultural, relacionando com o contexto mais amplo de nossa sociedade contemporânea, visando buscar no século XIX explicações sobre o porquê de a cultura negra atual ser da forma como se apresenta. As análises se baseiam em dificuldades de adaptações do africano com a vida brasileira que apresentava hábitos, religião, alimentação e uma forma de falar diferente, com ênfase na realidade de Santa Catarina.

Os sofrimentos dos povos africanos transformaram o jeito de viver das pessoas que através de uma adaptação forçada, mudaram sua fé, sua língua e até o seu jeito de se expressar, ocasionando o processo de aculturação, e por meio do uso de imagens podemos perceber o processo acontecer na história.

Resultados e discussão

Aceitar a sociedade na qual vivemos requer conhecer os processos históricos que se refletem no nosso meio social. A conscientização negra e o fim do preconceito nos possibilitam conhecer melhor a história dos africanos e seus descendentes, hoje chamados de afro-brasileiros, que aportaram nas colônias de Portugal e fizeram com que nossas terras se transformassem no formoso Brasil, um país tão cheio de culturas e formas diferentes de um mesmo povo.

Nosso estado, assim como o nosso país, é cheio de singularidades, que leva em seus traços culturais muito da cultura africana. O povo africano é moldado e sofre o processo de aculturação e a realização deste trabalho possibilitou abordar o assunto para entender melhor nossa sociedade atual. As imagens juntamente com as fontes bibliográficas podem nos mostrar melhor este processo. O olhar dos pintores Rugendas e Debret – sobre a realidade social da época, em que os descendentes de africanos viviam – relatam o cotidiano de escravos e pessoas comuns (de cor ou miscigenadas) que aos olhos da sociedade burguesa eram irrelevantes ou desnecessários, mas que para a História se torna uma fonte rica de material histórico. Historiadores e antropólogos se debruçam sobre as pinturas até hoje, para reviver os costumes e a identidade dos povos afrodescendentes.

A miscigenação ou mestiçagem contribuiu muito para o processo de aculturação que aconteceu em Santa Catarina, ou seja, uma mistura entre raças, costumes e tradições, fazendo com que o descendente de africano se afastasse cada vez mais de suas raízes, tendo que cultivar outras formas de cultura e relações sociais. Também há o fator das relações com vários povos que vieram colonizar o estado como: italianos, alemães, açorianos, japoneses, entre outros. É todo esse emaranhado de culturas fez com que os afro-brasileiros transformassem seus costumes, esquecendo a maior parte dos elementos africanos ou que misturasse fragmentos de sua cultura com as que entrassem em seu contexto.

Mary Del Priori (2016) comenta sobre a miscigenação e suas consequências:

Desde o início da colonização, a presença de brancos, negros e índios resultaram em mestiçagem. O termo provém do latim *mixticius* e era usado, na Idade Média, para designar o “nascido de raça misturada”. A mestiçagem foi sujeita à violência, inerente à existência de todo projeto de conquista e presente no dia a dia. A conquista, por sua vez, impôs mudanças radicais: a instalação de instituições, de poderes, de crenças e valores, de formas

de vida urbana e de paisagem agrária ibérica. Importou-se, então, um arsenal de práticas, de costumes e de tradições que tinham por objetivo não apenas as regras necessárias para a salvação das almas, mas também a rentabilidade e a eficácia da dominação portuguesa (DEL PRIORI, 2016, p. 35).

Podemos ter a comprovação do processo de aculturação, observando as imagens do passado com os pintores Rugendas e Debret que mostram o negro montado em cavalos, ambientado às práticas de seus senhores na captura de outros escravos ou levando tropas de mulas. Assim, ao olhar para nosso cotidiano nota-se que os descendentes de africanos aparecem montados em cavalos, com roupas típicas gauchescas, costume bastante comum em Santa Catarina e fazendo uso de práticas tradicionalistas como as gineteadas, pode-se ver de onde descem as práticas e imaginar como elas surgem.

Figura 7. Capitão do Mato. Autor: Johann Mortiz Rugendas, 1835



Fonte: <<http://bit.ly/2maphwe>>. Acesso em: 17 ago. 2018.

Figura 8. Quilombola do Ibiquí trajado



Fonte: <<http://bit.ly/2mc9ixE>>. Acesso em: 17 ago. 2018.

Figura 9. Tropeiro. Autor: Jean Baptiste Debret, 1836



Fonte: <<http://bit.ly/2laq4x5>>. Acesso em: 17 ago. 2018

Outro fator relevante para o processo de aculturação no estado foram as Associações Abolicionistas que tornavam os escravos e ex-escravos homens da sociedade, a fim de possuírem uma conduta que os demais exigiam. Podemos comprovar através de imagens de militares, advogados e candidatos eleitorais do século XX.

Em 10 de junho de 1873, nos salões do Clube Doze de Agosto, por iniciativa do Secretário do Governo Provincial, é fundada a Sociedade Abolicionista do Desterro. Para Heitor Blum, na obra *A campanha abolicionista na antiga Desterro*, a Sociedade intermediou a compra da liberdade de vários escravos. No ano da fundação, 69 negros foram libertados. Um número bem maior do que nos anos anteriores. Em março do outro ano acontece a fundação do Clube Abolicionista destinado, igualmente, à causa da emancipação dos escravos, uma vez que, na Alfândega do Desterro, consta o registro de 463 negros “por libertar” (SACHET, 1997, p. 64-65, grifo do autor).

Figura 10. Soldado brasileiro na II Guerra Mundial. (Arquivo da Associação dos Ex-combatentes do Brasil Seção de São Paulo)



Fonte: <<http://bit.ly/2mFrnVd>>. Acesso em: 17 ago. 2018.

Figura 11. Antonieta de Barros



Fonte: <<http://bit.ly/2maSoQ0>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

Tal fator foi algo que tornou uma mulher afro-brasileira, chamada Antonieta de Barros, nascida em 1901, professora por formação, a se tornar diretora de um jornal em Florianópolis. “Mais tarde pertenceu ao Centro Catarinense de Letras, onde trabalhou com outros intelectuais também negros e, por fim, tornou-se a primeira mulher do estado a ser eleita deputada no ano de 1934 pelo Partido Liberal Catarinense” (FIORI, 2008, p. 99).

As associações dos chamados “homens de cor”, como destaca Fiori (2008), foram organizadas no início do século XX em torno de ações sociais esportivas, culturais e de lazer, fazendo com que os afro-brasileiros se engajassem cada vez mais na sociedade. Um exemplo no estado foi a associação fundada em Lages, no ano de 1918, e que teve a denominação de Centro Cívico Cruz e Souza, em homenagem ao poeta catarinense João da Cruz e Souza, considerado um dos maiores poetas do Brasil.

Desde que o africano aportou em terras catarinenses é submetido a um molde social, começando pela língua, posteriormente a religião cristã, que é um dos maiores fatores do processo de aculturação e, por fim, tendo de se adaptar a todos os costumes e condutas sociais de seus senhores. Obviamente que alguns traços culturais e até linguísticos africanos permaneceram, mas podemos notar que a cultura que prevalece é a europeia, devido ao molde que o afro-brasileiro tende a seguir.

Conclusão

As obras de Rugendas e Debret são essenciais para a compreensão do processo de aculturação, pois ao observar o cotidiano ao qual o africano e seus descendentes viveram, estes pintores nos mostraram uma história que não havia sido escrita, mas que demonstram muito bem as práticas religiosas adotadas. Também é possível analisar as condições de vida e trabalho, tornando impossível negar que os afrodescendentes mantiveram seus modelos sociais e religiosos. Portanto, chegamos à conclusão de que o africano, ao vir para as colônias portuguesas, era submetido à vontade de seus senhores, pois era uma propriedade e não deveria ter livre expressão e muito menos praticar suas religiões sem ser criticado ou temido. Ao ser julgado e tendo de se adaptar, renegando aos próprios costumes, o descendente de africano torna-se um ser aculturado, pois tem de tomar para si o jeito de viver europeu e por consequência torna-se um indivíduo afro-brasileiro.

Por meio desta pesquisa, foi possível entender o início da inserção do africano em nosso estado e sua condição de escravo, reprimindo os seus costumes, culturas e crenças. Também é possível compreender que a religião possuiu grande influência no processo de aculturação, devido à imposição de seus rituais e cerimônias e por combater os hábitos religiosos oriundos da África. Para entender melhor esse contexto, as imagens de Rugendas e Debret são fundamentais.

O processo de aculturação transformou nossa sociedade catarinense e pode-se notar através desta pesquisa que as imagens expostas ao longo do trabalho nos remetem a entender como nosso estado se tornou o que é. Também conseguimos analisar que desde o princípio os afro-brasileiros estavam interligados com a nossa história, promovendo o desenvolvimento de nosso estado de diversas formas, tornando-se parte da sociedade e unindo-se através de seus esforços para se tornar um cidadão brasileiro, mesmo que custasse deixar para trás as veias culturais africanas.

Contudo, mesmo sofrendo o processo de aculturação, tendo que mutar suas crenças, os afro-brasileiros hoje são reconhecidos como descendentes africanos e busca-se uma forma de reaver toda essa cultura perdida ao longo do tempo, buscando o fim do preconceito e a valorização de raças. Este trabalho buscou entender de que forma os descendentes de africanos foram se adaptando à cultura eurocêntrica, mas não tem a intenção de desvalorizar seus traços culturais. Contudo não se deve tomar esta análise como única forma de ver a cultura afro-brasileira catarinense, pois há comunidades que buscam manter-se ligadas ao berço africano e devido a isso o trabalho deve ser entendido com foco no geral sabendo-se que há visões científicas sobre o assunto que se difere desta em questão.

Referências

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- DEL PRIORI, Mary. História da gente brasileira. **Colônia**. vol. 1. São Paulo: Leya, 2016.
- FERRETTI, Sérgio Figueiredo. Sincretismo afro-brasileiro e resistência cultural. In: CAROSO, Carlos; BACELAR, Jéferson (Org.). **Faces da tradição afro-brasileira. Religiosidade, Sincretismo, Antissincretismo, Reafricanização, Práticas Terapêuticas, Etnobotânica e Comida**. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas; Salvador: CEAO, 2006.
- FIORI, Neide Almeida. **Santa Catarina de todas as gentes: história e cultura**. 2. ed. Curitiba: Base Editora, 2008.
- GOMES, Laurentino. **1800: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.
- GOULART, J. A. **Da palmatória ao patíbulo: castigos de escravos no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Conquista, 1971. Disponível em: <https://br.historyplay.tv/microsite/raizes/news/voce-conhece-origem-macabra-da-expressao-fulano-esta-ferrado>. Acesso em 30 jun. 2018.
- GUIA GEOGRÁFICO DE SANTA CATARINA. Cultura Negra em Santa Catarina. In: **Guia Geográfico Brasil**. [20--]. Disponível em: <https://www.brasil-turismo.com/santa-catarina/cultura-negra.htm>. Acesso em: 16 jun. 2018.
- MACIEL, José Fábio Rodrigues. **Ordenações Filipinas: considerável influência no direito brasileiro**. História do Direito. Jornal Carta Forense, 2006. Disponível em: <http://bit.ly/219JLVD>. Acesso em: 30 jun. 2018.
- MONTEIRO, Amanda Oliveira. Tráfico de escravos: os africanos trazidos para Taubaté. In: **ATON Almanaque**. 2017. Disponível em: <http://almanaqueurupes.com.br/atest/index.php/2017/05/16/trafico-de-escravos-os-africanos-trazidos-para-taubate/>. Acesso em: 16 jun. 2018.
- MOURA, Clóvis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2004.
- MUSEU AFRO BRASIL. **O sagrado e o profano**. [Acervo virtual – Apresentação em Power Point]. Disponível em: <http://bit.ly/2mFEwh7>. Acesso em: 3 jul. 2018.
- PAIVA, E. F. **História e imagem**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- SACHET, Celestino. **Santa Catarina: 100 anos de história**. Florianópolis: Século Catarinense, 1997.

SCHEIFER, Bruna. **Cultura e religiosidade afro-brasileira**. Indaial: UNIASSELVI, 2012.

SCHÜLER SOBRINHO, Octácilio. **Taipas**: origem do contestado. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.

SOARES, Mariza Carvalho. Mina, Angola e Guiné: Nomes d'África no Rio de Janeiro setecentista. **Tempo**, v. 3, n. 6, dez. 1998.

SOUZA, Maria de Mello e. **África e Brasil africano**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2007.

TRAMONTE, Cristina. **Com a bandeira de Oxalá**: Trajetória, práticas e concepções das religiões afro-brasileiras na Grande Florianópolis. Tese de Doutorado em Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis. 2001.

Artigo recebido em 23/05/19. Aceito em 23/08/19.

NADA NO BOLSO E A BARRIGA VAZIA

Broken and Starving

Marcelo Silveira¹

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo mostrar a fome e suas consequências. A desnutrição atinge uma boa parte da população no mundo, reflete em diversas partes da sociedade e pode contribuir até com a criminalidade. Apesar de o planeta ter capacidade para produzir alimentos para suprir a necessidade de toda a população mundial, isso não acontece e são muitos os fatores, entre eles o desperdício e a corrupção. O Brasil é um país subdesenvolvido e, por isso, muitas famílias convivem com o fantasma da falta de alimentos. Até estados considerados desenvolvidos, como Santa Catarina, apresentam pessoas que convivem com a barriga vazia. Na capital do Alto Vale, a situação é a mesma e bairros considerados nobres apresentam famílias que vivem com até R\$85,00 reais por mês. Para combater a fome, desnutrição e a desigualdade social, o governo criou diversos programas para tentar amenizar o problema. Contudo, a solução mais inteligente é investir em educação.

Palavras-chave: Fome. Desnutrição. Educação.

Abstract: The present paper has the aim of showing the hunger and its consequences. The malnutrition reaches a great part of the population in the world and reflects on many parts of society, contributing even with crime. Even though our planet has the capability to product food to supply the need of all the world population, this does not happen and there are many factors, such as wastage and corruption. Brazil is a developing country; thus, many families still live with lack of food. Even in those considered as developed states, like Santa Catarina, there are many people who live in hunger. In the Alto Vale capital, the situation is the same, and even in richer neighborhoods, there are families who live with just R\$85,00 per month. To fight down the starvation, malnutrition and social inequality, the government has created many programs, but the smartest solution is to invest on education.

Keyword: Hunger. Malnutrition. Education.

Introdução

O presente artigo tem por intuito fazer uma reflexão sobre a desigualdade social no país. A fome é uma realidade e está presente até mesmo em estados considerados desenvolvidos e prósperos, como Santa Catarina, onde há milhares de cidadãos vivendo abaixo da linha da pobreza e que enfrentam o dilema de não ter o que pôr no prato durante as refeições.

O aprofundamento do tema levou em consideração que a fome é um tópico importante na prática pedagógica do ensino de História, estando presente desde dos tempos das cavernas, quando os homens neandertais tinham que procurar o seu alimento e migravam para outras regiões quando a comida naquele local acabava. A fome contribuiu para o desenvolvimento da humanidade e para evolução da espécie.

A área de concentração abordada foi a História regional, assim, apresenta-se um contexto histórico relacionado à busca do alimento e suas contribuições para o desenvolvimento da sociedade local. A partir disso, é estabelecido um paralelo entre a análise histórica e a realidade atual da capital do Alto Vale: Rio do Sul.

O principal objetivo desta pesquisa foi encontrar meios de contextualizar a história da fome e destacar sua influência no processo de transformação da sociedade, trazendo, por meio da pesquisa em livros, revistas, jornais e internet, argumentos que possam comprovar que a busca por alimentos foi um passo fundamental para o início da migração e formação dos povos locais. Além disso, objetivou-se evidenciar que, mesmo após toda a evolução tecnológica,

¹ Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSSELVI – Rodovia BR 470 – Km 71 – nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br.

a fome ainda é um problema social e muitas famílias não conseguem obter sua subsistência neste aspecto, vivendo com menos de dois dólares por dia, de acordo com o Mapa da Fome – conjunto de dados divulgado pela FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) que divulga periodicamente, desde 1990, os países em que há parte significativa da população ingerindo uma quantidade diária de calorias inferior ao recomendado.

A partir da justificativa da pesquisa, que recorre a uma abordagem histórica, possíveis soluções e ideias para combater o problema são apresentadas, respeitando sempre as diferentes culturas e opiniões. A fome e a falta de dinheiro podem trazer vários problemas de saúde, como a desnutrição em crianças e adultos. A necessidade de políticas públicas que ofereçam saúde, educação e emprego está ligada diretamente às pessoas que vivem na miséria, que sonham em um dia poder conquistar “o pão de cada dia” e alimentar a família.

A produção agrícola mundial seria suficiente para alimentar a todos no planeta, mas o desperdício pode ser um dos problemas que impede que a comida chegue à mesa de todos e, entre as hipóteses que podem justificar esse quadro, estão o terrorismo, a corrupção, as mudanças climáticas, a distribuição e a degradação do meio ambiente.

Fundamentação teórica: a fome no mundo

Em sua concepção literal, fome é a sensação que traduz o desejo, a necessidade de comer ou a carência alimentar; subalimentação, subnutrição. Os sons emitidos pelo estômago vazio (vulgarmente conhecidos como “ronco na barriga”) e a sensação de mal-estar podem ser muito mais que somente falta de comida. De acordo com dados apresentados pela Folha de São Paulo (2017), 22% dos brasileiros vivem abaixo da linha da pobreza, critério que estabelece um ganho de menos de dois dólares por dia. Os documentos oficiais da Organização da Nações Unidas (ONU) apontam que não ter fome é o primeiro direito do homem. Entretanto, quase dois terços da humanidade não têm o que comer, embora o mundo esteja em condições de produzir alimentos para todos.

A alimentação é a primeira das necessidades básicas do ser humano e um dos fatores determinantes na qualidade e na duração da vida. Sem alimento, o ser humano não consegue desenvolver o seu potencial; a curta vida das pessoas subnutridas é tipicamente marcada pela doença, pela apatia e pela improdutividade (SEITZ, 1995). A EBC notícias (2017) divulgou um estudo da *The State of Food Security and Nutrition in the World*, de 2017, que constatou 815 milhões de pessoas passando fome no mundo todo. “Um dos desafios da humanidade será garantir que, em 2050, com uma população estimada em 10 bilhões de pessoas, todos tenham o que comer, prevê o relatório” (CAZARRÉ, 2017, s.p.). Ainda segundo a divulgação, grande parte dos 815 milhões de pessoas que sofrem de insegurança alimentar (cerca de 489 milhões) vivem em países afetados por conflitos e guerras. Quase 122 milhões de crianças menores de cinco anos e com atrasos de crescimento vivem em situação de conflito. Países em conflito apresentam, em média, uma taxa de desnutrição infantil de 9% a mais do que nas demais nações (CAZARRÉ, 2017).

Alguns países europeus estabelecem que a população cuja renda é menor do que 40% da renda mediana local ou nacional é considerada carente e alvo de programas sociais do Estado. Um dado que chama atenção é que, dos 815 milhões de pessoas que passam fome, três quartos moram em propriedades rurais de países pobres da África, Ásia e América do Sul. Entre os que mais necessitam de alimento estão: desempregados, sem-abrigo, mendigos, órfãos, meninos de rua, idosos, analfabetos, vítimas de guerras e de desastres naturais (FAO, 2014). Abramovay (1991) ressalta que, hoje, o mundo comporta mais famintos que em qualquer momento de sua

história. O que certamente nem todos sabem é que esse recorde de fome é simultâneo às maiores colheitas e estoques jamais antes alcançados.

Durante quase uma década, o número de pessoas que passavam fome diminuiu no mundo, mas, a partir de 2015, ele voltou a crescer. Pode-se afirmar que 11% das pessoas no planeta passam fome diariamente. Apesar da redução nos índices de desnutrição infantil, no ano passado, 155 milhões de crianças menores de cinco anos em todo o mundo sofriam de desnutrição crônica, o que aumenta o risco de diminuição da capacidade cognitiva, de menor desempenho na escola e de morte por infecções (CAZARRÉ, 2017). A desnutrição infantil crônica diminuiu de 29,5% para 22,9% entre 2005 e 2016 e, nesse mesmo ano, a desnutrição aguda afetava 7,7% das crianças menores de cinco anos em todo o mundo (cerca de 17 milhões), segundo o relatório do *The State of Food Security and Nutrition in the World*.

A fome no Brasil

A Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição (PNDS) foi realizada em 1989 e, a partir dela, calculou-se que 4.9% da população adulta tinha reserva energética abaixo da recomendada. Os estudos para diagnosticar o principal motivo para o problema da fome no Brasil são unânimes e apontam para falta de renda para alimentar-se adequadamente, sendo que essa falta de renda, traduzida por pobreza, é o reflexo da desigualdade de renda existente no país (HENRIQUES, 2000). Apesar de algumas políticas públicas, ainda sofremos com a corrupção e o desvio de verbas que poderiam amenizar o problema. O aumento do desemprego, dos juros, da inflação e a alta carga tributária contribuem para que, a cada dia, mais pessoas passem para a linha da pobreza. Para muitos autores, no Brasil, falta vontade política para resolver o problema alimentar da população e para financiar pesquisas que revelam a situação. Muitos projetos têm início, mas não lhes é dada continuidade por falta de recursos.

Vale lembrar que, após 1500 e durante todo o período de colonização, o Brasil foi explorado economicamente e grande parte do que era produzido aqui era enviado à Portugal. Por este motivo, estabeleceu-se a monocultura (o cultivo de apenas um alimento) de cana-de-açúcar, não sobrando espaço para a produção e o abastecimento do mercado interno com alimentos. Os escravos, de forma geral, eram desnutridos, passavam fome e trabalhavam até morrer. Segundo Castro (1984, p. 16), no país, a fome foi causada por uma

aventura desdobrada em ciclos sucessivos de economia destrutiva, ou pelo menos desequilibrante da saúde econômica da nação: a do pau-brasil, a da cana-de-açúcar, a da caça ao índio, a da mineração, a da lavoura nômade, a do café, a da extração da borracha, e finalmente a da industrialização artificial baseada no ficcionismo das barreiras alfandegárias e no regime da inflação.

Para Burnier (2000, p. 25), outros dois flagelos da administração colonial eram o dízimo e o recrutamento, que “era feito de forma aleatória e desordenada, tendo chegado à Bahia a provocar a carestia de alimentos: para fugir dele, muitos lavradores optavam por abandonar suas plantações”. Com a introdução do café e a cessação do tráfico negreiro, o problema da oferta de alimentos se agravou. Faltavam trabalhadores para plantar os alimentos e as cidades estavam se desenvolvendo cada dia mais, o que estabeleceu a fome em parte da população.

Contudo, o problema não aconteceu somente durante o período colonial; a fome sempre esteve presente na história do país. Em 1917, o Brasil entrou na Primeira Guerra Mundial e enviou medicamentos e alimentos. Neste ano, também aconteceu a primeira greve geral operária em São Paulo. A escassez de alimentos era gerada pelos crescentes embarques de mantimentos

brasileiros para o abastecimento das nações europeias em guerra. O mercado internacional não queria café, e sim alimentos. Isso levou à falência diversas fazendas que exportavam o grão para os Estados Unidos.

Durante o Estado Novo, especificamente em 1939, foi criada a Comissão de Abastecimento, que buscava regular a produção agrícola do país. Com isso, foram abertos os restaurantes populares que pertenciam ao Ministério do Trabalho e também houve apoio e incentivo à produção agrícola brasileira. Em 1943, foi criada a Food and Agriculture Organization (FAO), uma iniciativa das Nações Unidas, com a participação do Brasil em sua criação. Ainda na década de 1940, Josué de Castro tornava-se conhecido mundialmente com a publicação do seu livro *Geografia da fome*. Em sua obra, o autor aponta:

É preciso reagir contra o sistema feudal que entre nós corresponde, analogicamente, ao sistema de castas, na Índia, ou ao sistema tribalístico, na África, onde o flagelo da fome é, neste momento, um pesadelo mundial. Como é preciso que as verdades do desnutricionismo crônico da maioria de nossa população sejam ditas livremente, pois não são as obras faraônicas, nem mesmo os esforços da desalfabetização, que vão nutrir os famintos e vestir os nus, não apenas pirandelicamente (CASTRO, 1984, p. 48).

O país sofre com a desigualdade social e a má distribuição de renda. No Brasil, a fome é consequência, antes de tudo, do seu passado histórico, com seus grupos humanos sempre em luta e quase nunca em harmonia com os quadros naturais. “Luta, em certos casos, provocada e por culpa, portanto da agressividade do meio, que iniciou abertamente as hostilidades” (CASTRO, 1984, p. 16).

O órgão responsável pelo monitoramento da oferta necessária de alimentos à população é a Organização das Nações Unidas (ONU) e seus órgãos, como a FAO, o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e o Programa Mundial de Alimentos (PMA). A ONU realiza o Mapa da Fome no mundo e elabora planos para combatê-la, lembrando que o Brasil conseguiu sair desse mapa em 2014. A organização apontou que, no período de 2002 a 2013, o país implantou programas para aumentar e melhorar a oferta de alimentos à população. Entre os pontos mais importantes, está a inserção, em 2010, do princípio constitucional de que todo ser humano tem direito à alimentação adequada. No entanto, ainda que essa premissa conste na constituição, sabe-se que a realidade não é essa.

O programa Fome Zero

Entre 2002 e 2013, outros programas foram fundamentais para a saída do Brasil do Mapa da Fome. Como exemplo, tem-se a criação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – o Pronaf. Com mais de 2,6 milhões de famílias beneficiadas, o programa buscou transformar a vida dos brasileiros residentes no campo. Nesses 20 anos, 5.379 municípios foram contemplados com cerca de R\$ 156 bilhões em projetos cujo financiamento partiu de contratos assinados no âmbito do Pronaf (AGROLINK, 2015).

O programa mais conhecido para combater a desigualdade social foi o Fome Zero. Criado em 2003, algumas estimativas apontavam que, naquele ano, quase 28% da população vivia abaixo da linha da pobreza no Brasil. A segurança alimentar era um dos grandes temas da campanha do recém-eleito presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva. Em seu discurso de posse, ele anunciou que tinha, entre as prioridades de seu governo, um programa de segurança alimentar que levaria o nome de Fome Zero. O plano era substituir o Programa Comunidade Solidária, instaurado no governo de Fernando Henrique Cardoso. Partiu-se do pressuposto de que

todo país deve ser soberano ao assegurar sua segurança alimentar, respeitando as características culturais de cada povo, manifestadas no ato de se alimentar. “É responsabilidade dos Estados Nacionais assegurarem este direito e devem fazê-lo em obrigatória articulação com a sociedade civil, cada parte cumprindo suas atribuições específicas” (SILVA et al., 2010, p. 116). O programa era uma prioridade: motivou a criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), o começo do funcionamento do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e o estabelecimento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (OLIVEIRA, 2016).

Talvez por partir com muitos objetivos, o programa Fome Zero não funcionou como todos esperavam. A ideia era combater as causas estruturais da fome, bem como melhorar o estado de educação alimentar e a qualidade das merendas escolares. Dentro do programa, funcionavam mais de 30 subprogramas, a maioria sem comunicação, devido à confusão interministerial. Juntamente, “planejava-se desde a construção de cisternas familiares no semiárido a restaurantes comunitários, bancos de sementes, creches comunitárias, cestas básicas emergenciais, palestras sobre educação alimentar em comunidades pobres e abertura de linhas de crédito para financiar merendas” (OLIVEIRA, 2016). Era um programa grande, com alto custo e que demandava muitos profissionais.

Em seu trabalho sobre segurança alimentar e desenvolvimento no Brasil, Couto e Lisboa (2003, apud SANTOS, 2004, p. 27) colocam:

Alertamos, porém, que, no cenário de cortes no orçamento que assistimos recentemente, o Projeto Fome Zero perdeu o singelo percentual de 1,36%. Ocorre que o programa não se esgota no plano do Ministério de Segurança Alimentar apenas, mas depende de outros ministérios. Se o Fome Zero requer participação efetiva de outros ministérios conexos, como se refletirá sobre o programa os significativos cortes orçamentários ali praticados? Essa é uma questão que requer resposta, caso se queira avançar na direção de um programa que não seja mero símbolo de marketing político.

Para Sposati (1997) estabelecer mínimos sociais é mais do que um ato jurídico ou formal, pois exige a constituição de outro estatuto de responsabilidade pública e social, a fim de fundar uma nova cultura em um contexto de grande acidez a sua proliferação. Não podemos esquecer que há política nas políticas sociais, há direção e interesses em confronto, seja na perspectiva de “recomposição do sistema de controle dominante, seja direcionada para a alteração/transformação desse sistema com a prevalência dos interesses e demandas dos segmentos alvo da política” (ABREU, 2002).

Talvez seja por esses motivos que o programa não tenha conseguido atingir seu objetivo principal, que era erradicar a fome. Para Valente (2003), a solidariedade de grandes grupos empresariais não pode garantir a segurança alimentar da população. Estas ações devem ser progressivamente assumidas pelo Estado, desenvolvidas dentro da ótica de garantia de direitos e inseridas em um processo emancipatório de construção da cidadania. A pobreza tem uma espacialidade, ou seja, territórios definidos, nas quais as condições de precariedade são generalizadas para todos os que aí vivem (TAVARES, 2003), o que explica que, para combater a fome, são necessárias várias ações. Apenas dar o alimento não resolve o problema e pode até criar outro, já que aquelas pessoas em situação vulnerável passam a depender somente dessa ação. Diante da observação, conclui-se que são necessários programas mais globalizados.

Com problemas para desenvolver o programa, o governo saiu em defesa do gasto social com foco na parcela mais pobre da população. Em 2003, o Fome Zero foi substituído por um modelo mais simples de imposto de renda negativo na forma de transferências diretas, nos

moldes do que uma política liberal inglesa, Juliet Rhys-Williams, propôs nos anos 1940 e que foi aprofundado pelo economista americano Milton Friedman (OLIVEIRA, 2016). Acerca do programa Fome Zero e do motivo pelo qual ele não alcançou os resultados desejados:

Na prática, essa política pública entregou resultados duvidosos ou mesmo nulos. A falta de objetivos claros, os inúmeros subprogramas difusos entre várias coordenadorias com pouca ou nenhuma comunicação e as mecânicas que causavam distorções de mercado (distribuir alimentos é menos eficiente do que distribuir dinheiro e causa distorções nos preços) foram os principais responsáveis. Isso levou o representante do Banco Mundial da época a criticar muitos aspectos do programa e, em especial, o método defendido por Graziano da Silva, de cobrar das famílias notas fiscais discriminando o gasto em alimentação como forma de garantia. Essa medida incentivava um mercado negro em torno dos documentos e aumentava os custos burocráticos do programa. Algo precisava mudar, mas o quê? E quem dentro do governo desbancaria a primeira iniciativa do presidente Lula? (OLIVEIRA, 2016, s.p.).

Para combater a fome, precisamos investir em educação. De acordo com dados do IBGE, em média, uma pessoa com Ensino Médio completo tem um salário 64% maior do que uma sem instrução. Regularmente, a frequência escolar também diminui a criminalidade.

O programa Bolsa Família

O Bolsa Família contribuiu muito para a distribuição de renda. O acompanhamento na área da saúde teve, no segundo semestre de 2017, o melhor resultado desde 2006. “No total, 8.507.592 de famílias tiveram os dados registrados, o que representa 77,5% de crianças menores de sete anos e gestantes beneficiárias do programa. Cerca de 5,4 milhões de crianças acompanhadas estavam com a vacinação em dia e tiveram os dados nutricionais coletados” (GRAZIADEI, 2018, s.p.).

Os números mostram que o programa funciona muito bem, já que obriga as pessoas a manterem seus filhos na escola e a terem acompanhamento médico, além de ter tirado muitas pessoas da pobreza.

Nos primeiros dez anos de programa, mais de 1,7 milhão de beneficiários abriram mão do repasse voluntariamente. Desses, cerca de 290 mil agora se dedicam ao empreendedorismo. Pela avaliação via Cadastro Único, mais de seis milhões deixaram de receber o benefício por sua renda ter aumentado. O custo disso foi pouco menor que 0,5% do PIB (OLIVEIRA, 2016, s.p.).

Vale lembrar que os benefícios do programa serão vistos também a longo prazo, já que as chances dos filhos dos atuais beneficiários do programa aumentam muito com o acompanhamento na saúde e na educação. “O economista Otaviano Canuto, do Banco Mundial, argumenta que os maiores efeitos do Bolsa Família apenas serão sentidos daqui a 20 ou 25 anos, quando os filhos dos atuais beneficiários, muito mais escolarizados e, portanto, mais produtivos, entrarão na força de trabalho” (OLIVEIRA, 2016, s.p.).

A fome em Santa Catarina

Apesar de ser considerado um estado desenvolvido, Santa Catarina precisa lutar para combater a desnutrição e a fome. De acordo com dados do governo do estado, no ano de 2000, Santa Catarina tinha 13,1% de sua população vivendo com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00, percentual que reduziu para 4,4% em 2010. Mesmo apresentando uma redução

de 66,8% no período, são 267.637 pessoas nessa condição de pobreza. Já em 2014, o número de crianças menores de dois anos pesadas pelo Programa Saúde da Família era de 84%; destas, 0,4% estavam desnutridas. Ainda segundo dados do estado, em 2010, 7,4% das crianças de 0 a 14 anos de idade estavam na condição de pobreza, ou seja, viviam em famílias com rendimento per capita igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais.

De acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2000, das 665 mil pessoas entrevistadas, 12,4% da população do estado poderia ser considerada sem renda suficiente para garantir a sua própria alimentação. Ainda segundo o estudo do IBGE, as regiões localizadas no planalto catarinense e no Oeste, especialmente aquelas próximas à fronteira com o estado do Paraná, são as que apresentam o maior percentual de pessoas com renda insuficiente. A pesquisa apontou que 159.801 famílias não têm renda própria para garantir sua alimentação. Este número representa 10,7% do conjunto das famílias do estado.

O censo do IBGE apontou que a renda per capita é de R\$ 205,70 no meio rural e de R\$ 386,33 no meio urbano. Como a população urbana representa 78,7% da população total do estado, não é necessário representar a distribuição da renda da população urbana, pois ela é similar à do total do município. Na maioria dos municípios do meio rural, a renda per capita está entre R\$ 100,00 e R\$ 300,00. Em 261 deles, a renda rural é menor do que a urbana. Em outros 29 municípios, a renda rural é maior do que a urbana. Três municípios (Balneário Camboriú, Balneário Barra do Sul e Bombinhas) não têm população rural.

A pesquisa ainda verificou que, em Santa Catarina, 89,1 % das casas são servidas pela rede pública de abastecimento de água. No entanto, ainda existem municípios que não têm esse serviço sequer no meio urbano ou esse atendimento é feito de forma crítica. No meio rural, os agricultores têm acesso a nascentes. No estado, 96,5% dos domicílios tem acesso à água em pelo menos um cômodo do domicílio. Esse percentual é de 97,6% no contexto urbano. Os dados levantados pelo censo do IBGE averiguaram, por meio de questionários, se o abastecimento tinha conexão com a rede pública de esgoto ou pluvial. Nesse quesito, o atendimento no contexto urbano (onde a média estadual é bastante satisfatória) é de 97,1%. Com relação ao acesso à rede elétrica, o censo verificou que praticamente a totalidade dos domicílios urbanos (99,7%) está conectada à rede. No meio rural, 92,9% dos domicílios possuem energia elétrica.

Dados do Programa Microbacias II indicam que, em Santa Catarina, há cerca de sete mil indígenas vivendo em grupamentos étnicos, com cerca de 210 indivíduos nos municípios de São Francisco do Sul e Araquari, 4.200 em Ipuacu, Marema e Xanxerê (10 aldeias), 1.500 em Doutor Pedrinho, Itaiópolis, José Boiteux e Vítor Meireles e os demais, nas reservas restantes. Os registros colhidos mostram que, das pessoas que moram em áreas indígenas, 16% não tem renda suficiente e 54% delas são classificadas como pobres.

Apesar disso, no geral, os números no estado têm melhorado e, de acordo com a Pesquisa de Orçamento Familiar de 2008, 16,7% das famílias pesquisadas no estado informaram que a quantidade de alimentos consumidos no domicílio às vezes não era suficiente, enquanto que 5,2% afirmaram que, normalmente, a quantidade de alimentos não era suficiente. Segundo o governo do estado, Santa Catarina cumpriu completamente três das oito metas do programa Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, da Organização das Nações Unidas (ONU). Vale ressaltar que, dentre as metas atingidas está a erradicação da fome e da miséria. Os indicadores mostram avanços em diferentes áreas entre o período de 1990 e 2015. Segundo o relatório do acompanhamento brasileiro dos objetivos, o estado catarinense conseguiu cumprir em 133% o objetivo de reduzir a população com renda abaixo da linha da pobreza e em 192% a proporção da população que sofre de fome. O estado está acima da média nacional e até mesmo da região Sul neste item.

Outro aspecto que se destacou foi com relação à educação básica de qualidade para todos. Conforme o relatório, 98,9% dos catarinenses entre 7 e 14 anos estão no Ensino Fundamental e 61,4% de 15 a 17 anos está no Ensino Médio. Ainda assim, o relatório considera que o estado cumpriu com 79,3% da meta de garantir que todas crianças terminem o Ensino Fundamental. Santa Catarina também está acima da média com relação à redução da mortalidade infantil. O Brasil reduziu de 47,1 mortes para cada mil nascidos vivos em 1990, para 15,3 em 2011. Santa Catarina reduziu o número de 33,6 mortes por mil nascidos vivos em 1990 para 10,8, em 2011. Embora as melhorias sejam perceptíveis, considera-se que somente 69,4% da meta de reduzir em dois terços a mortalidade de crianças menores de 5 anos foi cumprida.

A fome na capital do Alto Vale

Os dados do censo do IBGE dizem que, em Rio do Sul, o salário médio mensal era de 2,6 salários mínimos em 2015. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 42,4%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava a vigésima nona posição de 295. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 460 de 5570. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, Rio do Sul tinha 21% da população nessas condições, o que colocava o município na posição 264 entre as 295 cidades do estado e na posição 5461 entre as 5570 cidades do Brasil.

Em contato por telefone com assessoria de comunicação da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, obteve-se a informação de que o censo de 2010 do IBGE constatou que 0,12 dos quase 70 mil habitantes vivem na extrema pobreza. Após a atualização dos dados em março de 2018, conforme assessoria de comunicação do município, Rio do Sul hoje tem 370 pessoas vivendo com renda per capita de até 85 reais por mês. O total de famílias que receberam o Bolsa Família no mês de março foram 744. Os números mostram que, mesmo Rio do Sul seja um município desenvolvido e considerado um dos melhores para se viver no Brasil, ainda há fome.

De acordo com a secretária de assistência social de Rio do Sul, até março de 2018, mais de 2500 famílias foram cadastradas no CADUNICO, que segundo o site do governo federal, é um sistema criado para reunir cadastros de pessoas e famílias em estado de vulnerabilidade social devido à baixa renda. Ele é utilizado para analisar e cadastrar pessoas em programas sociais que têm como critério de inclusão a baixa renda, como: Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Água para Todos, Telefone Popular, Programa Brasil Alfabetizado. Pessoas sozinhas e em situação de vulnerabilidade, como moradores de rua, podem estar no cadastro. No caso das famílias, é necessário ter renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa da família ou renda mensal total da família de até três salários mínimos.

Os bairros e a fome

Ainda segundo a secretária de assistência social de Rio do Sul, o bairro com o maior número de famílias cadastradas no CADUNICO é Barra do Trombudo, com 369 famílias. Das, 51 pessoas recebem até 85,00 reais mensais, 86 recebem até R\$170,00, 107 recebem entre R\$170,00 e meio salário mínimo, 125 recebem acima de meio salário mínimo e 112 são beneficiários do Bolsa Família.

O segundo bairro com o maior número de famílias é o Progresso, com 220 famílias; entre elas, 22 pessoas recebem até 85,00 reais mensais, 35 recebem até R\$170,00, 66 recebem entre R\$170,00 e meio salário mínimo, 97 recebem acima de meio salário mínimo e 48 são beneficiários do Bolsa Família.

O terceiro bairro é Laranjeiras, com 201 famílias, sendo que 66 pessoas recebem até 85,00 reais mensais, 23 recebem até 170,00 reais, 51 recebem entre R\$170 e meio salário mínimo, 61 recebem acima de meio salário mínimo e 74 são beneficiários do Bolsa Família.

O quarto bairro é Barragem, com 189 famílias. Destas, 26 pessoas recebem até R\$85 reais mensais, 36 recebem até R\$170, 56 entre R\$170,00 e meio salário mínimo, 71 recebem acima de meio salário mínimo e 43 são beneficiários do Bolsa Família.

O quinto bairro é Canoas, com 159 famílias e destas, 25 pessoas recebem até 85,00 reais mensais, 38 recebem até R\$170,00, 55 recebem entre R\$170,00 e meio salário mínimo, 41 recebem acima de meio salário mínimo e 47 são beneficiários do Bolsa Família.

O bairro que apresentou o menor número foi Jardim Alexander, com 12 famílias. Entre elas, duas pessoas recebem até 85,00 reais mensais, uma recebe até R\$170,00, três recebem entre R\$170,00 e meio salário mínimo, seis recebem acima de meio salário mínimo e três pessoas são beneficiárias do bolsa família. O bairro Jardim América também apresentou números baixos, com 22 famílias, sendo que destas, duas pessoas recebem até 85,00 reais mensais, quatro recebem até R\$170,00, quatro recebem entre R\$170,00 e meio salário mínimo, 12 recebem acima de meio salário mínimo e quatro são beneficiários do Bolsa Família.

A Prefeitura Municipal informou, ainda, que as pessoas das famílias que recebem até 85,00 reais trabalham na informalidade, como coletores de lixo reciclável, diaristas e empregadas domésticas e na construção civil. Ainda de acordo com o município, todos que estão cadastrados recebem acompanhamento mensal e ajuda através de programas sociais, como o Bolsa Família.

Materiais e métodos

O presente trabalho acadêmico foi realizado através de pesquisa descritiva, definida por tentativas de explorar a fome e explicar, ao fornecer informações adicionais, como ela interfere no dia a dia e como é confrontada na capital do Alto Vale. A pesquisa tenta descrever o que está acontecendo com mais detalhes, preenchendo as partes que faltam e, assim, expandindo nossa compreensão sobre a fome, suas causas e consequências. A principal ideia por trás do uso desse tipo de pesquisa é definir melhor uma opinião, atitude ou comportamento de um grupo de pessoas sobre a desigualdade social e sua relação com a desnutrição. Por meio dela, coleta-se o máximo de informação, ao invés de fazer suposições ou modelos elaborados para prever o futuro. Ao contrário da pesquisa exploratória, a pesquisa descritiva é pré-planejada e estruturada para que a informação coletada possa ser estatisticamente apresentada no trabalho acadêmico.

Para isso, mostramos dados pesquisados na internet, de sites de grandes jornais, como a Folha de São Paulo, que mostrou o estudo da *The State of Food Security and Nutrition in the World* de 2017. Outra fonte de pesquisa foi o livro “A Geografia da fome”, do escritor Josué de Castro, que se tornou conhecido mundialmente com a publicação e que apresentou a fome no Brasil como consequência do seu passado histórico, com os seus grupos humanos sempre em luta e quase nunca em harmonia com os quadros naturais.

Os sites do governo federal também foram utilizados como fonte de pesquisa e, por meio deles, foi possível comprovar que um dos programas criados para combater a fome, o Bolsa Família, foi eficaz no combate à desigualdade social, enquanto que outro programa implementado pelo governo brasileiro, o Fome Zero, não conseguiu ser efetivo em seu objetivo e não alcançou o resultado esperado.

Os censos realizados pelo IBGE e divulgados também através da internet foram funda-

mentais para fornecer informações importantes sobre a realidade do catarinense e o dilema da desigualdade social. Santa Catarina tinha 13,1% de sua população vivendo com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00, percentual que reduziu para 4,4% em 2010. A pesquisa apontou que 159.801 famílias não têm renda própria para garantir a sua própria alimentação. Este número representa 10,7% do conjunto das famílias do estado.

Os dados do Alto Vale apresentados no trabalho foram retirados do Mapa da Fome realizado pelo governo do estado e também repassados pela assessoria de comunicação da prefeitura de Rio do Sul. Ela informou, por contato telefônico, que 370 pessoas na capital do Alto Vale recebem menos de 85,00 reais por mês, sendo que grande parte delas mora no bairro Barra do Trombudo e exerce profissão informal, como juntar e vender lixo reciclável. No município, são mais de 700 famílias carentes que necessitam receber o Bolsa Família, do governo federal. Para reverter esta situação, o município acompanha estas pessoas e oferece atendimento médico e psicológico, além de tentar inseri-los no mercado de trabalho através do programa de Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PENAD), destinado a pessoas de baixa renda.

Resultados e discussão

É difícil falar de fome quando nunca se teve essa sensação. Difícil também imaginar que mais de 800 milhões de pessoas sofram com isso todos os dias. Não ter o comer, o que dar para os filhos e o que se compartilhar com o companheiro. Quando se pensa em alguém sofrendo com a desnutrição, a primeira imagem que vem à mente é de uma pessoa na África, magra, cozinhando algo em uma panela de barro, rodeada por cinco ou seis filhos. Contudo, a verdade é que a desnutrição está mais perto que se imagina, quase na porta de casa. Basta imaginar que, se 22% dos brasileiros estão abaixo da linha da pobreza, isso quer dizer, em números, que 45 milhões de brasileiros são considerados extremamente pobres.

Como resolver o problema? A produção agrícola mundial é suficiente para alimentar a todos no planeta e questiona-se por que isso não acontece. O desperdício pode ser um dos problemas que impedem que a comida chegue à mesa de todos e, entre as hipóteses que podem justificar esse quadro, estão o terrorismo, a corrupção, as mudanças climáticas, a degradação do meio ambiente e a pobreza. Os números mostram que a desigualdade social é um dos motivos para tantas pessoas hoje passarem fome e, para combater a desnutrição, precisamos de novos programas sociais que acompanhem a população e que lhe ofereçam acompanhamento médico e social.

Não podemos esquecer que, além disso, a educação é a chave para diminuir a desigualdade social. Os dados do censo do IBGE de 2010 mostram que, em média, uma pessoa com Ensino Médio completo tem um salário 64% maior que uma sem instrução. Além disso, a frequência escolar geralmente também diminui a criminalidade, o que comprova que a educação é a janela para um futuro melhor, gerando oportunidades de crescimento pessoal e aumento da renda. Obviamente, para que este quadro se concretize, são necessários programas que oportunizem vagas para esta classe da sociedade que sofre com a falta de qualificação profissional. O ditado popular de que “não podemos dar o peixe, e sim temos que ensinar a pescar” pode ser utilizado aqui, ou seja, qualificando os jovens estaremos diretamente combatendo todo o tipo de desigualdade social.

Considerações finais

O trabalho mostra que a fome está presente em todo o país e que, apesar de o governo desenvolver programas de auxílio a quem vive na extrema pobreza, ela vem aumentando nos últimos anos. Um levantamento da Secretaria de Assistência Social de Rio do Sul mostra a dura realidade no município, que muitas vezes fica escondida em vielas e becos da cidade. Em todos os bairros, temos pessoas vivendo com até R\$85,00 reais por mês, valor que às vezes gastamos comendo uma simples pizza. É duro saber que tem alguém vivendo com pouco mais de R\$ 2,80 por dia.

A pesquisa mostrou que a desnutrição está presente até em bairros nobres do município de Rio do Sul, como o Jardim América, reiterando que o problema da fome não distingue classe, cor, raça ou religião. Todos podem enfrentar este problema. O centro POP, coordenado pela Secretaria de Assistência Social de Rio do Sul, na rua VX de novembro, oferece um lugar para tomar café, almoçar e até jantar; lá, moradores em situação de vulnerabilidade podem lavar sua roupa e até descansar. A maioria deles não entra em nossa estatística, já que não tem residência fixa e muito menos renda, o que mostra que os números apresentados pela prefeitura de Rio do Sul poderiam ainda ser maiores.

O grande problema é que quem passa fome todos os dias parece ficar invisível a uma sociedade egoísta e progressista, que trabalha apenas para enriquecimento próprio e, cada vez mais, “joga” os pobres para bairros distantes do centro da cidade. Para resolver o problema da fome, precisamos resolver a questão da educação, pois é ela que pode elevar o nível de vida dos mais pobres e dar um futuro melhor para as famílias. Os programas sociais são importantes, mas não podem ser utilizados como uma muleta para acomodar quem recebe o benefício.

Referências

- ABRAMOVAY, R. **O que é fome**. Coleção primeiros passos. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- ABREU, M. M. O controle social e a mediação da política de assistência social na sociedade brasileira na atualidade: indicações para o debate. **Revista de Políticas Públicas**. São Luis: Ufama, v.6 n.1, 2002.
- AGROLINK. **Entenda o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)**. 2015. Disponível em: <http://bit.ly/2mp9YzI>. Acesso em: 16 set. 2019.
- BURNIER, D. **Agricultura brasileira: a produção de alimentos**. Tese de doutorado. São Paulo, FFLCH/USP, 2000.
- CASTRO, J. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.
- CAZARRÉ, M. **Relatório mostra que 815 milhões de pessoas passam fome, 2017**. Disponível em: <http://bit.ly/2mL8km>. Acesso em: 13 mar. 2018.

CUNHA, J. 22% dos brasileiros vivem abaixo da linha da pobreza, diz estudo. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 2017. Disponível em: encurtador.com.br/zBNWY. Acesso em: 13 set. 2019.

FAO. **Avaliação do direito à alimentação**. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. Madrid (Espanha): AECID, 2014.

GRAZIADEI, C. **Bolsa Família registra melhor resultado no acompanhamento da condicionalidade saúde**. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, 2018. Disponível em: <http://bit.ly/2mpfW3A>. Acesso em: 14 mar 2018.

HENRIQUES, R. **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2000.

MEDEIROS, M. **Os ricos e a formulação de políticas de combate à desigualdade e à pobreza no Brasil**. Brasília: Ipea, 2003.

MOLICA, F. **Dez reportagens que abalaram a ditadura**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

OLIVEIRA, C. **Por que o Fome Zero fracassou e o Bolsa Família foi bem-sucedido?** Instituto Mercado Popular. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://bit.ly/2l8PgUR>. Acesso em: 14 mar. 2018.

PEROVANO, Dalton Gean. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. Curitiba: Ed. Intersaberes, 2016.

PNUD. **Relatório do desenvolvimento humano 2002**. Disponível em: <http://bit.ly/2kMxRRz>. Acesso em: 14 mar. 2018.

SANTOS, M. C. M. **Fome zero: breve análise, suas propostas e implicações**. Florianópolis: UFSC, 2004.

SEITZ, J. **Questões globais: uma introdução**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

SILVA, J.; GROSSI, M.; FRANÇA, C. **Fome zero: a experiência brasileira**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2010. Disponível em: <http://bit.ly/2mQb3B2>. Acesso em: 16 set. 2019.

SPOSATI, A. Mínimos sociais e seguridade social: uma revolução da consciência da cidadania. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, n.55, p. 9-33, 1997.

TAVARES, L. **O programa Fome Zero**. Rio de Janeiro: UERJ, 2003.

TELLES, V. S. No fio da navalha: entre carências e direitos. Notas a propósito dos programas de Renda Mínima no Brasil. In: TELLES, V. S. **Programas de renda mínima no Brasil: impactos e potencialidades**. São Paulo: Polis, 1998.

TELLES, V. S. **Alternativas contra a fome**. São Paulo: Instituto Polis, 1984.

VALENTE, F. L. S. **Direito humano à alimentação**: desafios e conquistas. São Paulo: Cortez, 2002.

VALENTE, F. L. S. A mobilização da sociedade será fundamental. **Revista PUC Viva**, São Paulo, ano 5, n.19, 2003.

YAZBECK, M. C. Fome Zero: uma política social em questão. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, Faculdade de Saúde Pública da USP e Associação Paulista de Saúde Pública, v.12, n. 1, p. 43-51, jan./jun. 2003.

Artigo recebido em 23/05/19. Aceito em 23/08/19.